



PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira // 2025



Ligações Fortes
cm-vfxira.pt



Controlo de Versões		
Versão	Descrição	Aprovação/ Data
1	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de Corrupção e Infrações Conexas - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Órgão Executivo 16/12/2009
2	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Órgão Executivo 11/12/2013
3	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Órgão Executivo 29/04/2020
4	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Órgão Executivo 14/12/2022
5	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	Órgão Executivo 06/11/2024

Índice

1. Enquadramento	6
2. Estrutura do Município	8
2.1. Missão.....	8
2.2. Visão.....	8
2.3. Compromisso Ético	8
2.4. Estrutura Orgânica	9
2.5. Política Anticorrupção.....	9
3. O Plano e os Conceitos.....	11
3.1. O Risco e a Gestão de Riscos	11
3.2. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	11
4. Metodologia do Processo de Gestão de Riscos	14
4.1. Identificação dos Riscos	14
4.2. Análise e Graduação do Risco	14
4.3. Gestão e Controlo do Risco.....	15
4.4. Medidas Preventivas e Grau de Risco.....	17
5. Controlo da Execução do PPR	18
6. Atualização e Revisão	20
7. Publicitação e Comunicação	21
8. Glossário	22
9. Anexos	23
9.1. Anexo I – Organograma	23
9.2. Anexo II – Identificação dos Dirigentes das UO da CMVFX.....	24
9.3. Anexo III – Matriz de Identificação dos Riscos.....	26
9.3.1. Matriz de Riscos Transversais	26
9.3.2. Matriz de Riscos de cada UO da Estrutura Orgânica da CMVFX.....	31
9.4. Anexo IV – Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR.....	120
9.5. Anexo V – Anexo da Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR	121

Siglas

AP	Administração Pública
CMVFX	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
COSO	Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway
CP	Código Penal
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
DANQ	Divisão de Auditoria, Normalização e Qualidade
DL	Decreto-Lei
FERMA	Federação das Associações Europeias de Gestão de Risco
ISO	Organização Internacional para Padronização
MENAC	Mecanismo Nacional de Anticorrupção
MVFX	Município de Vila Franca de Xira
NCI	Norma de Controlo Interno
NP	Norma Portuguesa
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAA	Plano Anual de Auditoria
PCM	Presidente da Câmara Municipal
PPR	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RGPC	Regime Geral de Prevenção da Corrupção
SCI	Sistema de Controlo Interno
SGA	Sistema de Gestão Anticorrupção
SM	Serviço Municipal
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UO	Unidade Orgânica

1. Enquadramento

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), representa um documento estruturado, flexível e dinâmico, assente nos valores éticos consagrados no Código de Conduta, na Política Anticorrupção aprovada, constituindo um instrumento de gestão estratégica e operacional, pela identificação, monitorização e controlo dos riscos que a organização se encontra exposta na prossecução da sua atividade.

Em 2009 foi aprovada a primeira versão do plano no Município de Vila Franca de Xira (MVFX), tendo sido atualizado nos anos de 2013, 2020 e 2022.

Desde a sua conceção inicial, o PPR foi se adaptando e atualizando de acordo com as alterações na envolvente interna e externa, mediante identificação e mapeamento dos riscos das áreas de atividade, da graduação do risco e na definição de medidas preventivas e corretivas.

Deste modo, no que concerne à envolvente externa e interna, nas sucessivas atualizações do PPR, foram observadas as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), bem como a legislação em vigor e normativos no âmbito da Gestão de Risco, visando a permanente adequação à estrutura e organização dos serviços municipais.

O Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), foi criado através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, como sendo um *“organismo independente, com poderes de autoridade e que pretende promover a transparência e a integridade bem como garantir a efetividade de políticas de prevenção da corrupção e de infrações conexas”*. O referido diploma aprova no Anexo e do qual faz parte integrante, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

Deste modo, com a criação do MENAC, o CPC é extinto, conforme indicado no art.º 27º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021.

O PPR, consubstancia um elemento fulcral no desempenho da gestão municipal em que devem estar incluídas as áreas de atividade com risco de prática de atos de corrupção e infrações conexas, a probabilidade da sua ocorrência e o impacto previsível de cada situação, de forma a permitir a graduação dos riscos, quais as medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto previsível dos riscos e situações identificados.

A presente atualização do PPR decorre da alteração da Estrutura Orgânica Interna dos Serviços da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX), aprovada em dezembro de 2023, bem como da implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção (SGA), ISO 37001:2016.

2. Estrutura do Município

2.1. Missão

O MVFX tem como missão estabelecer e implementar compromissos estratégicos que assegurem a satisfação das necessidades e expectativas dos munícipes e de todas as partes interessadas, assim como a valorização social e económica do Concelho, de forma sustentável, solidária e inovadora.

2.2. Visão

Ser reconhecido pela sua gestão pública transparente, ponderada e dinâmica no desenvolvimento do Concelho, definindo padrões de competitividade, inovação e modernidade nas áreas da educação e coesão territorial, tornando-se num referencial na área da cultura, sustentabilidade, e na criação de valor para todas as partes interessadas.

2.3. Compromisso Ético

A atuação da CMVFX, no desempenho da sua missão e das suas atribuições, rege-se por um conjunto de princípios e valores, respeitando os Princípios Éticos da Administração Pública, designadamente:

- **Legalidade** - atuar em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito;
- **Serviço Público** - encontrar-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo;
- **Igualdade** - não beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, género, raça, língua, território de origem, convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
- **Justiça e Imparcialidade** - tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade;
- **Proporcionalidade** - exigir apenas aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa;
- **Colaboração e Boa-fé** - colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa;

- **Informação e Qualidade** - prestar informações e/ ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida;
- **Lealdade** - agir de forma leal, solidária e cooperante;
- **Integridade** - reger-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de caráter;
- **Competência e Responsabilidade** - agir de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

Os princípios indicados, encontram-se vertidos no Código de Conduta definindo as regras para orientar e disciplinar a conduta de todos os trabalhadores do MVFX.

2.4. Estrutura Orgânica

A Estrutura Orgânica da CMVFX, encontra-se publicada na II série do Diário da República, n.º 249, de 28 de dezembro de 2023, com a designação “Estrutura Orgânica Interna dos Serviços Municipais”.

O Organograma da CMVFX representa graficamente a estrutura formal da organização, identificando as várias UO no Anexo I – “*Organograma*”, e os respetivos dirigentes no Anexo II – “*Identificação dos Dirigentes das UO da CMVFX*”.

2.5. Política Anticorrupção

A CMVFX na conquista de uma gestão pública transparente, ponderada e dinâmica no desenvolvimento do Concelho, tem de assegurar o estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética, que reforcem a confiança dos munícipes e demais partes interessadas na administração municipal.

A implementação de um conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os dirigentes e trabalhadores em matéria de anticorrupção, visa prevenir, detetar e combater a corrupção, assim como, promover uma cultura organizacional de prevenção da corrupção que alcance todas as partes interessadas, definindo uma Política de Anticorrupção assente nas seguintes orientações:

- Proibição de qualquer forma de corrupção ativa ou passiva que prejudiquem o desenvolvimento e valorização do Concelho;

- Disponibilização dos recursos necessários que assegurem a autoridade e independência da Função de Conformidade Anticorrupção, responsável pela implementação, adequação e eficácia do SGA na concretização dos Objetivos Anticorrupção;
- Identificação de preocupações de corrupção e infrações conexas, suscitadas de boa fé ou com base em convicção razoável, em total confiança e sem receio de represálias;
- Implementação, comunicação e revisão dos controlos anticorrupção destinados a detetar qualquer tentativa ou ato de corrupção;
- Conformidade com as leis anticorrupção aplicáveis, assim como, com outros requisitos que a Câmara Municipal subscreva;
- Conformidade e melhoria contínua do SGA.

Esta Política é uma componente fundamental do Programa de Conformidade Anticorrupção e do Sistema de Gestão que o suporta, desenhado em conformidade com os requisitos da ISO 37001, sendo um compromisso assumido pelo Executivo Municipal e por todos os trabalhadores.

3. O Plano e os Conceitos

O PPR constitui um documento primordial na gestão de risco, visando uma melhoria contínua no Sistema de Gestão (ciclo PDCA), no planeamento estratégico e na tomada de decisão mediante o desenvolvimento dos procedimentos de controlo e monitorização do plano pela avaliação regular da eficácia dos controlos internos e da identificação das áreas de maior risco/ áreas prioritárias em toda a estrutura da organização.

No SGA, o PPR representa um elemento central de identificação dos riscos, execução das medidas preventivas/ corretivas, e de avaliação contínua.

3.1. O Risco e a Gestão de Riscos

A conceção do PPR assenta numa visão abrangente e transversal da gestão de riscos fundamentada em indicações e contributos fornecidos por normas e processos internacionalmente reconhecidos:

- **ISO/ IEC Guide 73** – O Risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências;
- **ISO Guide 73:2009 Risk Management** – evento, situação ou circunstância futura com a probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional.
- **Norma ISO 37001:2016 - Sistema de Gestão Anticorrupção** – sistema de gestão que contem as medidas concebidas para identificar e avaliar o risco de corrupção, bem como prevenir, detetar e combater a corrupção.

Designa-se por gestão do risco, o processo de identificação e análise dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, visando a definição de medidas mitigação e controlo, adequando a estratégia na concretização dos objetivos estratégicos definidos pela organização.

3.2. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

No plano a designação dos riscos de corrupção seguem o conceito de corrupção emanado numa publicação do Ministério da Justiça, definindo-a como *“a prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito,*

contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro".¹⁾

Sem prejuízo do disposto em diplomas avulsos, o Código Penal (CP), aborda o tema da corrupção e infrações conexas, indicando os crimes que podem ser cometidos no exercício de funções públicas, e que a estes crimes está associado o comportamento, quer por ação, quer por omissão, de quem decide diariamente, gere ou simplesmente tem a seu cargo a aplicação de um qualquer recurso público, independentemente da sua natureza, originando desvios à idoneidade, à eficácia e à eficiência exigidas, da qual resulta uma vantagem indevida, para o próprio ou para terceiro.

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese do regime normativo dos crimes de corrupção e infrações conexas decorrente dos diplomas indicados:

Enquadramento Legal		Matéria Legal
Crimes de Corrupção (Código Penal)		• Recebimento indevido de vantagem (art.º 372.º) • Corrupção passiva para ato ilícito (art.º 373.º) • Corrupção passiva para ato lícito (art.º 373.º) • Corrupção ativa (art.º 374.º)
Crimes Conexos (Código Penal)		• Tráfico de influência (art.º 335.º) • Suborno (art.º 363.º) • Branqueamento (art.º 368.º-A) • Prevaricação (art.º 369.º) • Peculato (art.º 275.º) • Peculato de uso (art.º 376.º) • Participação económica em negócio (art.º 377.º) • Concussão (art.º 379.º) • Recusa de cooperação (art.º 381.º) • Abuso de poder (art.º 382.º) • Violação de segredo (art.º 383.º)
Crimes contra o setor público	Código Penal	• Abuso de confiança (art.º 205.º) • Apropriação ilegítima de bens públicos (art.º 234.º) • Administração danosa (art.º 235.º) • Falsificação praticada por funcionário (art.º 257.º) • Usurpação de funções (art.º 358.º) • Violação de segredo por funcionário (art.º 383.º)
	DL n.º 28/84	• Fraude na obtenção de subsidio ou subvenção (art.º 36.º)

¹⁾ Prevenir a Corrupção – Um Guia Explicativo sobre a Corrupção e Crimes Conexos

Enquadramento Legal	Matéria Legal
Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas	• Incompatibilidades e impedimentos (art.º 19.º) • Incompatibilidade com outras funções (art.º 20.º) • Acumulação com outras funções públicas (art.º 21.º) • Acumulação com funções/atividades privadas (art.º 22.º) • Proibições específicas (art.º 24.º) • Deveres do trabalhador (art.º 73.º)
Código do Procedimento Administrativo	• Casos de impedimentos e escusa de titulares de órgãos e de agentes da Administração Pública (art.º 69.º e 73.º)

Tabela 1 – Regime normativo dos crimes de corrupção e infrações conexas

4. Metodologia do Processo de Gestão de Riscos

4.1. Identificação dos Riscos

Na atualização do PPR o processo de identificação e classificação dos riscos manteve a metodologia anterior, resultante na seguinte abordagem:

- Análise interna, abrangente e transversal;
- Verificação dos Relatórios de Monitorização do PPR;
- Análise das ações de melhoria identificadas no âmbito do SGA.

O PPR decorre de uma análise conjunta da DANQ com os dirigentes de todas as UO, utilizando a metodologia europeia de Gestão de Riscos – FERMA – de modo a definir para cada risco, as medidas preventivas/ corretivas mais adequadas, cuja implementação é suscetível de controlar e minimizar a probabilidade da sua ocorrência e o impacto previsível.

Decorrente da metodologia referenciada, no PPR os riscos encontram-se identificados por cada UO decorrentes das respetivas áreas de intervenção e das atividades próprias desenvolvidas (9.4.2. Matriz de Riscos de cada UO da Estrutura Orgânica da CMVFX), existindo uma matriz de riscos transversais (9.4.1. Matriz de Riscos Transversais) elencando os riscos comuns às atividades desenvolvidas nas diferentes UO e gestão de topo, conforme referido no n.º 1, do art.º 6 do Anexo do Decreto-Lei que cria o MENAC e estabelece o RGPC.

4.2. Análise e Graduação do Risco

A análise inerente à gestão e controlo do risco no PPR, iniciou-se com o preenchimento de uma matriz por parte de cada UO, presente no Anexo IV– “*Matriz de Identificação dos Riscos*”, reconhecendo e classificando os factos cuja probabilidade de ocorrência e o impacto previsível.

O risco é classificado de acordo com critérios de probabilidade e de impacto, conforme a Tabela 2 “*Matriz de Graduação de Riscos*”.

Relativamente à Probabilidade de Ocorrência, esta foi graduada em:

- **Baixa** – Decorrente de situações excecionais, mas com hipótese de evitar o risco com o controlo já existente para o prevenir;
- **Média** – Possibilidade de ocorrer em algum momento, mas com hipótese de evitar o risco através de decisões e ações adicionais;

- **Alta** - Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de evitar o risco mesmo com decisões e ações adicionais.

O Impacto Previsível foi distinguido em:

- **Baixo** – Quando a situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos, não sendo as eventuais infrações praticadas suscetíveis de causar danos financeiros ou relevantes na imagem e operacionalidade do Município;
- **Médio** – Quando a situação de risco em causa pode comportar prejuízos financeiros com impacto na imagem e credibilidade do Município;
- **Alto** – Quando, da situação de risco identificada, podem decorrer prejuízos financeiros significativos e a violação grave de princípios associados ao interesse público, lesando a credibilidade do Município e do próprio Estado, significando um impacto sancionatório e reintegratório.

Matriz de Graduação de Riscos

Avaliação e Graduação do Risco			
Probabilidade de Ocorrência Impacto Previsível	Baixa	Média	Alta
Baixo	Fraco	Fraco	Moderado
Médio	Fraco	Moderado	Elevado
Alto	Moderado	Elevado	Elevado
Medidas	Aceitar/ Mitigar	Mitigar/ Transferir	Transferir/ Acabar

Tabela 2 - Matriz de Graduação de Riscos

4.3. Gestão e Controlo do Risco

De acordo com a Norma ISO 37001:2016, a organização deve estabelecer, documentar, implementar e rever continuamente, e quando necessário, melhorar o SGA, incluindo os processos necessários e as suas interações, contendo medidas concebidas para identificar e avaliar o risco de corrupção, bem como prevenir, detetar e combater a corrupção.

O sistema de gestão designa-se por um conjunto de elementos interrelacionados ou interatuantes de uma organização, para o

estabelecimento de políticas, de objetivos e de processos para atingir esses objetivos.

No âmbito da gestão e controlo do risco, procede-se ao acompanhamento contínuo das atividades, avaliando regularmente os riscos identificados e a eficácia e eficiência das medidas e mecanismos de controlo associados, visando garantir a execução do PPR.

A gestão dos riscos organizacionais é uma responsabilidade de todos, aplicando-se o PPR, de forma genérica, aos membros dos órgãos municipais, aos dirigentes e a todos os trabalhadores do MVFX.

No quadro seguinte, apresentam-se os intervenientes, as respetivas funções, encontrando-se descritas as suas responsabilidades:

Responsável	Funções e Responsabilidades
Presidente da Câmara Municipal (PCM) e Vereadores	Aprovar e assegurar a implementação do PPR. Designação do responsável pelo cumprimento normativo e do responsável geral da execução, controlo e revisão do PPR.
Dirigentes	Promover a identificação dos riscos e das medidas preventivas/corretivas. Reportar as necessidades de revisão/ atualização à DANQ. Assegurar a implementação e monitorização das medidas previstas no PPR. Remeter à DANQ a monitorização da implementação de todas as medidas identificadas no PPR.
Responsável pelo Cumprimento Normativo	Promove as ações, procedimentos e diligências necessários à implementação e cumprimento do Programa de Cumprimento Normativo.
Responsável Geral do Plano	Responsável geral pela execução, controlo e revisão do PPR.
Divisão de Auditoria, Normalização e Qualidade (DANQ)	Acompanhar a execução das medidas previstas no PPR. Realizar auditorias internas de acompanhamento e monitorização. Realizar ações de formação/ divulgação/ reflexão e esclarecimento aos trabalhadores do Município. Propor e promover as revisões do PPR ao PCM ou Vereador com competência delegada. Elaborar os Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual do PPR, no mês de Outubro e no mês de Abril do ano seguinte ao do reporte da informação, respetivamente. Remeter os Relatórios de Avaliação do PPR ao PCM ou Vereador com competência delegada, aos Dirigentes pela respetiva direção, superintendência ou tutela, bem como ao MENAC.
Divisão de Comunicação, Protocolo e Relações Internacionais (DCPRI)	Publicitar o PPR e os seus respetivos Relatórios de Avaliação no sítio de internet do MVFX e intranet.

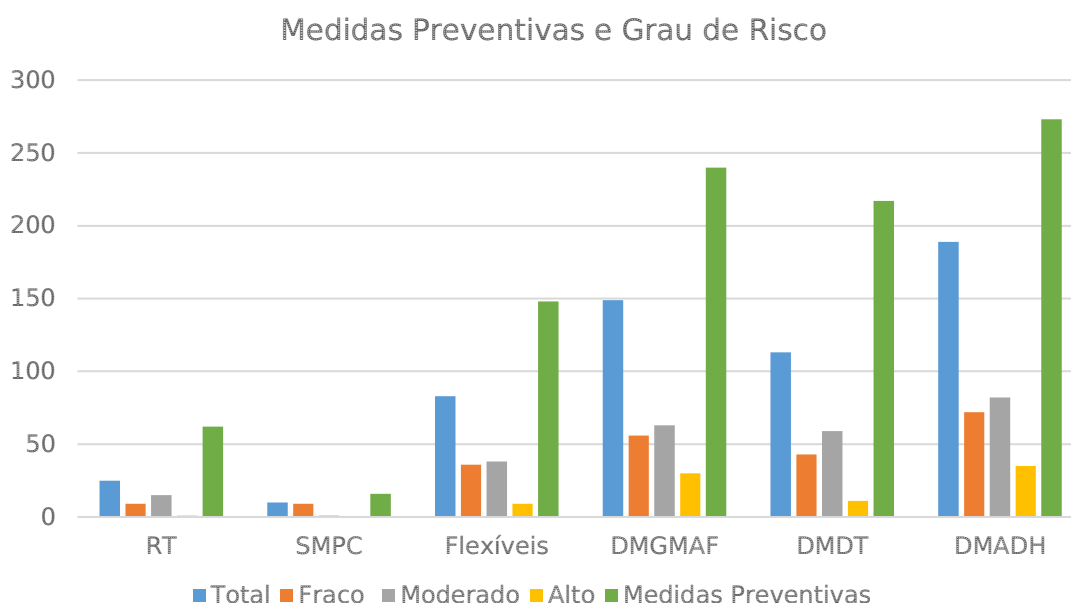
Responsável	Funções e Responsabilidades
Gabinete de Proteção de Dados (GPD)	Participar na gestão dos canais de denúncia, cabendo-lhe o tratamento (ou encaminhamento) das denúncias, internas ou externas.
Todos os Trabalhadores	Exercer as funções em todos os eixos de atuação por critérios de subordinação ao interesse público, tendo por base o respeito pelos princípios orientadores na prevenção da corrupção. Comunicar deficiências detetadas ou outra informação relevante através dos canais disponibilizados.

Tabela 3 – Identificação dos Dirigentes do PPR

4.4. Medidas Preventivas e Grau de Risco

O PPR apresenta 956 medidas preventivas/corretivas, resultante da identificação de 569 riscos. Dos riscos identificados, 45,34% correspondem a graduação moderado, 39,54% baixo e 15,11% elevado.

O grau de risco e as medidas preventivas/corretivas elencadas no PPR apresentam a seguinte distribuição na estrutura orgânica da CMVFX:



No gráfico indicado as medidas preventivas foram quantificadas de acordo com a estrutura orgânica:

- **RT** – Riscos Transversais (Aplica-se a toda a estrutura orgânica);
- **SMPC** – Serviço Municipal de Proteção Civil
- **Unidades orgânicas flexíveis que dependem diretamente do PCM;**
- **DMGMAF** - Direção Municipal de Gestão, Modernização Administrativa e Financeira;
- **DMDT** - Direção Municipal de Desenvolvimento do Território;
- **DMADH** - Direção Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Humano.

5. Controlo da Execução do PPR

A execução do PPR é monitorizada e controlada mediante a elaboração dos Relatórios de Avaliação Intercalar e de Avaliação Anual que evidenciam a informação reportada pelos dirigentes de cada UO quantificando o grau de implementação das medidas preventivas/corretivas identificadas, bem como a previsão da sua implementação.

Os dirigentes de cada UO são responsáveis pela execução efetiva do PPR, de forma a permitir a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de situações de erro ou fraude, através da definição de métodos e procedimentos que visem contribuir para assegurar o desenvolvimento e controlo das atividades, de forma adequada e eficiente.

O controlo e monitorização do PPR, a realizar pela DANQ, desenvolve-se através de:

- Ações de Auditoria Interna integradas no Plano Anual de Auditoria (PAA), que avaliam a aplicação do PPR, as medidas nele consideradas bem como os eventuais ajustamentos tidos por necessários;
- Auditorias de seguimento (*Follow-up*) tendo por base recomendações e conclusões indicadas nas Auditorias Interna anteriormente decorridas;
- Elaboração, análise e apresentação do Relatório de Avaliação Intercalar e do Relatório de Avaliação Anual do PPR;
- Monitorização da Norma ISO 37001:2016 – SGA.

Os dirigentes das UO têm de reportar à DANQ, mediante o preenchimento do modelo definido no Anexo V – “*Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR*”, a informação do nível de implementação das medidas:

- **Implementada** – o dirigente da UO deve indicar a data da implementação da medida e enviar a respetiva evidência.
- **Em implementação** – o dirigente da UO deve identificar que iniciou a implementação da medida, mas que ainda não se encontra concluída, apresentando a fundamentação e a data prevista de sua implementação.
- **Não implementada** – o dirigente da UO deve fundamentar o motivo pelo qual ainda não iniciou a implementação da sua medida preventiva/corretiva e identificar a data prevista de implementação.

- **Não aplicável** – o dirigente da UO deve indicar a inaplicabilidade da medida, apresentando a fundamentação devida.

No decorrer da execução do PPR poderá o dirigente da UO identificar novos riscos e/ou definir novas medidas preventivas/corretivas a reportar à DANQ, mediante o preenchimento do Anexo VI – *“Anexo da Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR.”*

Os dirigentes das UO têm de reportar à DANQ toda a informação referente à monitorização das medidas, na seguinte calendarização:

- a) **Até 31 de julho**, referente ao Relatório de Avaliação Intercalar, nas situações identificadas com Risco Elevado;
- b) **Até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita a execução**, no caso do Relatório de Avaliação Anual.

6. Atualização e Revisão

A revisão e atualização do PPR é essencial na prossecução da missão do MVFX, constituindo um instrumento de transparência, de gestão estratégica e operacional, de forma a nomear, avaliar, monitorizar e controlar os riscos que a entidade enfrenta em todo o processo de gestão, enfatizando o reforço e complemento do SCI.

O PPR tem um horizonte temporal de três anos (2025-2027), podendo durante esse período, sempre que se justifique ser revisto e atualizado decorrente de alteração nas atribuições ou na Estrutura Orgânica, conforme referido no n.º 5 do art.º 6.º do Anexo do Decreto-Lei nº. 109-E/2021.

O PPR atualizado e revisto, é remetido pelo PCM ou vereador com competência delegada, para aprovação do Órgão Executivo e Órgão Deliberativo.

7. Publicitação e Comunicação

Num prazo máximo de 10 dias após a aprovação, a DANQ envia ao MENAC, aos serviços de inspeção da respetiva área governativa, e aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. O PPR e os Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual são divulgados a todos os trabalhadores através da *intranet*, e publicitados no sitio oficial do MVFX.

Devem ser promovidas ações de formação para a ampla divulgação e sensibilização do PPR no acolhimento e integração de novos trabalhadores, bem como a todos os dirigentes e trabalhadores municipais.

8. Glossário

Atividade - Ação que toma lugar dentro do processo e que pode contribuir ou não para o seu valor acrescentado.

Avaliação de riscos – Processo de comparação dos resultados da análise do risco com os critérios do risco para determinar se a sua magnitude é aceitável ou tolerável.²⁾

Controlo - Qualquer ação empreendida pela gestão para gerir o risco e melhorar a probabilidade da consecução dos objetivos e metas da organização.³⁾

Controlo Interno – É uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da entidade no qual se insere.⁴⁾

Ética - Valores do comportamento humano que atuam para o bem do indivíduo e da sociedade, como a moral, justiça, transparência, retidão, entre outros valores que demonstram uma boa conduta social.

Gestão de riscos – Processo para identificar, avaliar, gerir e controlar potenciais eventos ou situações, que forneça uma segurança razoável de que os objetivos da organização serão alcançados.³⁾

Monitorização – Verificação contínua, supervisão, observação crítica ou determinação do status para identificar a mudança do nível de desempenho exigido ou esperado.²⁾

Risco - Evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência na prossecução dos objetivos e no cumprimento da missão da entidade.⁵⁾

²⁾ *Gestão de Riscos* – Guia ISO 73:2009

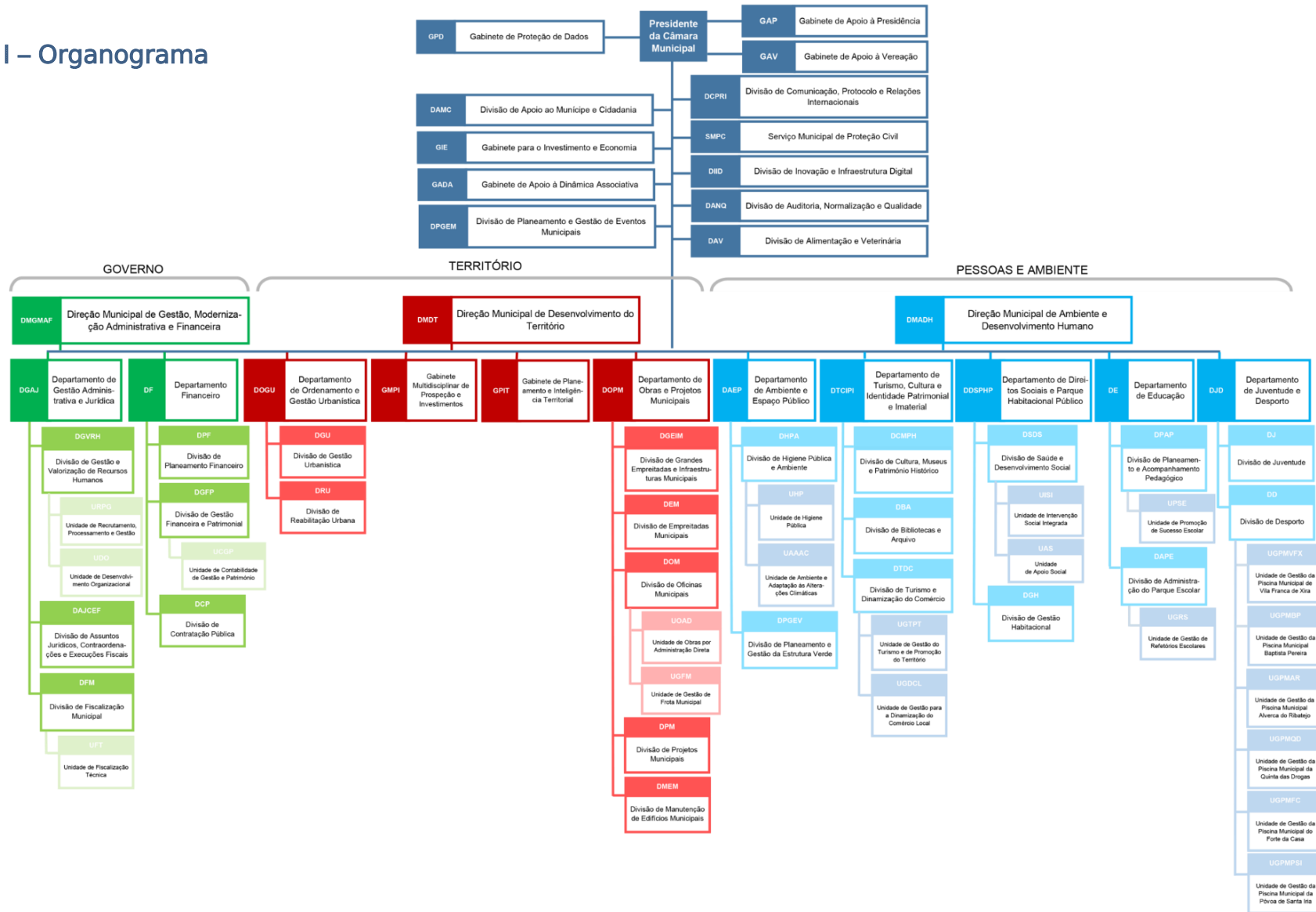
³⁾ *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna* - IPAI

⁴⁾ *Aspetos Gerais, Princípios Gerais de Auditoria, a Auditoria no Tribunal de Contas* - Manual de Auditoria e de Procedimentos – Vol. I

⁵⁾ *Norma de Gestão de Riscos* - FERMA

9. Anexos

9.1. Anexo I – Organograma



9.2. Anexo II – Identificação dos Dirigentes das UO da CMVFX

Orgânica	Sigla	Responsável
Gabinete de Proteção de Dados	GPD	* Dr.ª Paula Costilhas
Divisão de Apoio ao Múncipe e Cidadania	DAMC	* Dr.ª Isabel Araújo
Gabinete de Investimento e Economia	GIE	* Dr. Luís Vasconcelos
Gabinete de Apoio à Dinâmica Associativa	GADA	* Dr. Luís Rafael
Divisão de Planeamento de Gestão de Eventos Municipais	DPGEM	* Dr. Nuno Dionísio
Divisão de Comunicação, Protocolo e Relações Internacionais	DCPRI	* Dr.ª Susana Santos
Divisão de Inovação e Infraestrutura Tecnológica	DIID	* Eng.º Clemente Rocha
Divisão de Auditoria, Normalização e Qualidade	DANQ	* Dr. Dinis Piriquito
Divisão de Alimentação e Veterinária	DAV	* Dr.ª Ana Leonardo
Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC	* Coord. António Carvalho
Direção Municipal de Gestão, Modernização Administrativa e Financeira	DMGMAF	* Dr. Renato Gonçalves
Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica	DGAJ	* Dr. Fernando Barreiros
Divisão de Gestão e Valorização de Recursos Humanos	DGVRH	* Dr. Paulo Alenquer
Unidade de Recrutamento, Processamento e Gestão	URPG	* Dr. Júlio Zaidam Ferrage
Unidade de Desenvolvimento Organizacional	UDO	* Dr.ª Mª João Neves
Divisão de Assuntos Jurídicos, Contraordenações e Execuções Fiscais	DAJCEF	**
Divisão de Fiscalização Municipal	DFM	* Dr.ª Célia Baptista
Unidade de Fiscalização Técnica	UFT	* Urb.ª Fernando Gama
Departamento Financeiro	DF	* Dr.ª Nélida Soares
Divisão de Planeamento Financeiro	DPF	* Dr.ª Mª Cristina Pereira
Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial	DGFP	* Dr.ª Sandra Nogueira
Unidade de Contabilidade de Gestão e Património	UCGP	* Dr.ª Mónica Garcia
Divisão de Contratação Pública	DCP	* Coord. Mário Reis
Direção Municipal de Desenvolvimento do Território	DMDT	* Urb.ª Luis Matas de Sousa
Gabinete Multidisciplinar de Prospeção e Investimentos	GMPI	* Dr.ª Júlia Reis
Gabinete de Planeamento e Inteligência Territorial	GPIT	* Urb.ª Ricardo Ramalho
Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística	DOGU	* Arq.ª Teresa Laranjeira
Divisão de Gestão Urbanística	DGU	* Eng.º Fernando Cabaço
Divisão de Reabilitação Urbana	DRU	* Arq.ª Mariana Guimarães
Departamento de Obras e Projetos Municipais	DOPM	* Eng.º Artur Peixe
Divisão de Grandes Empreitadas e Infraestruturas Municipais	DGEIM	* Eng.º Vítor Viçoso
Divisão de Empreitadas Municipais	DEM	* Eng.º Hélder Rito

* Unidade Orgânica com Dirigente nomeado em Regime de Substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente Designado

Orgânica	Sigla	Responsável
Divisão de Oficinas Municipais	DOM	* Eng.º Élio Piriquito
Unidade de Obras por Administração Direta	UOAD	* Eng.ª Mariana Constantino
Unidade de Gestão de Frota Municipal	UGFM	**
Divisão de Projetos Municipais	DPM	* Arq.ª Vitória Cochicho
Divisão de Manutenção de Equipamentos Municipais	DMEM	* Dr. Ricardo Pascoalinho
Direção Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Humano	DMADH	* Dr. Alexandre Sargento
Departamento de Ambiente e Espaço Público	DAEP	* Arq.ª Catarina Conde
Divisão de Higiene Pública e Ambiente	DHPA	* Dr. António Domingos
Unidade de Higiene Pública	UHP	* Dr.ª Ana Sofia Santos
Unidade de Ambiente e Adaptação às Alterações Climáticas	UAAAC	* Dr.ª Lara Almeida
Divisão de Planeamento e Gestão da Estrutura Verde	DPGEV	* Arq.ª Inês Belchior
Departamento de Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial	DCIPI	* Dr. David Santos
Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico	DCMPH	**
Divisão de Bibliotecas e Arquivo	DBA	* Dr. Sérgio Mangas
Divisão de Turismo e Dinamização do Comércio	DTDC	* Dr.ª Mª João Carraça
Unidade de Gestão do Turismo e de Promoção do Território	UGTPT	* Dr. Jorge Júlio
Unidade de Gestão para a Dinamização do Comércio Local	UGDCL	* Dr.ª Andreia Revez
Departamento de Direitos Sociais e Parque Habitacional Público	DDSPHP	* Dr.ª Teresa Teixeira
Divisão de Saúde e Desenvolvimento Social	DSDS	* Dr.ª Andreia Antunes
Unidade de Intervenção Social Integrada	UISI	* Dr.ª Patrícia Macedo
Unidade de Apoio Social	UAS	* Dr.ª Sónia Ferreira
Divisão de Gestão Habitacional	DGH	* Dr.ª Manuela Pires
Departamento de Educação	DE	* Dr.ª Alexandra Silva
Divisão de Planeamento e Acompanhamento Pedagógico	DPAP	* Dr.ª Fernanda Roma
Unidade de Promoção do Sucesso Escolar	UPSE	* Dr.ª Ana Zilda Silva
Divisão de Administração do Parque Escolar	DAPE	* Dr.ª Mª Helena Ferreira
Unidade de Gestão de Refeitórios Escolares	UGRE	* Dr.ª Ana Cristina Porto
Departamento de Juventude e Desporto	DJD	* Dr. Vítor Félix
Divisão de Juventude	DJ	* Dr.ª Cláudia Prazeres
Divisão de Desporto	DD	* Eng.º Rúben Pinto
Unidade de Gestão na Piscina Municipal de Vila Franca de Xira	UGPMVFX	* Dr. David Pereira
Unidade de Gestão na Piscina Municipal Batista Pereira	UGPMBP	* Dr. Michael Apolinário
Unidade de Gestão na Piscina Municipal de Alverca do Ribatejo	UGPMAR	* Dr. Joaquim Loureiro
Unidade de Gestão na Piscina Municipal da Quinta das Drogas	UGPMQD	* Dr.ª Carla Farinha
Unidade de Gestão na Piscina Municipal do Forte da Casa	UGPMFC	* Dr. Miguel Franco
Unidade de Gestão na Piscina Municipal da Póvoa de Santa Iria	UGPMPSI	* Dr. Mário Barrigas

9.3. Anexo III – Matriz de Identificação dos Riscos

9.3.1. Matriz de Riscos Transversais

Responsável Todos os Dirigentes/ Responsáveis Designados

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva		Responsável
Exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	Risco de Gestão e Corrupção	Acumulação de funções e conflito de interesses	Média	Médio	Moderado	1	Em caso de acumulação de funções privadas/públicas, apresentação de Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
		Desobediência qualificada e ocultação intencional de património	Média	Médio	Moderado	2	Cumprimento da apresentação de declaração de rendimentos (incluindo património e cargos sociais)	Titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
Gestão Geral	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado de pessoas ou processos	Baixa	Alto	Moderado	3	Eficiência na análise de propostas de decisão em processos e no tratamento de pessoas	Todas a estrutura da CMVFX
						4	Elaboração e divulgação de um manual de procedimentos relativamente à temática dos Conflitos de Interesse	DGVRH; DMGMAF; DANQ
						5	Disponibilização de mecanismo interno anonimizado de reporte de situações relacionadas com Conflitos de Interesse	GPD
						6	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	DGVRH; DMGMAF; DANQ
						7	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Corrupção	Não preenchimento da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Média	Médio	Moderado	8	Controlo por parte das chefias e dirigentes na verificação do preenchimento e assinatura de Declarações de Inexistência de Conflitos de Interesses nos termos da legislação em vigor	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas	Média	Médio	Moderado	9	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	DGVRH
						10	Disponibilização de mecanismo interno anonimizado de reporte de situações relacionadas com a acumulação de funções	GPD

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva		Responsável
Gestão Geral (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Exercício de atividades públicas ou privadas não autorizadas (cont.)	Média	Médio	Moderado	11	Garantir a prévia autorização para acumulação de funções de acordo com a legislação em vigor e procedimento descrito no Código de Conduta	Todas as Unidades Orgânicas; DGVRH
	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência do cumprimento do princípio de segregação de funções	Média	Médio	Moderado	12	Organização interna/ eficiente coordenação/ gestão dos RH	Todas a estrutura da CMVFX
						13	Reporte das alterações das funções ou mobilidade dos trabalhadores à DIID e à DGVRH/ UDO	Todas a estrutura da CMVFX
Exercício ético e profissional das funções	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento das obrigações declarativas (acumulação de funções/conflitos de interesses)	Baixa	Médio	Fraco	14	Restrições à acumulação de funções públicas/privadas eventualmente conflitantes	Todas a estrutura da CMVFX
						15	Apresentação da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	Todas a estrutura da CMVFX
						16	Cumprimento do Código de Ética e Conduta	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Corrupção	Utilização indevida de informação privilegiada em proveito próprio ou de terceiros com prejuízo para a organização	Média	Alto	Elevado	17	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	Todas a estrutura da CMVFX
						18	Definição rigorosa de critérios de fornecimento de password de acesso aos sistemas informáticos	Todas a estrutura da CMVFX
						19	Definição clara de política de integridade organizacional	DIID
						20	Implementação de ferramentas automatizadas para prevenir, detetar e investigar fraudes de TI	DIID
	Risco de Gestão e Corrupção	Assédio moral ou discriminação contra os dirigentes e trabalhadores, por razões pessoais, sexuais, religiosas, ideológicas ou outras	Baixa	Alto	Moderado	21	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	DGVRH; DMGMAF; DANQ
						22	Salvaguarda do anonimato de denunciantes	GPD; Todas a estrutura da CMVFX
						23	Disponibilização de um mecanismo interno anonimizado de reporte de situações relacionadas com assédio ou discriminação	GPD; Todas a estrutura da CMVFX
Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de desconhecimento das situações propensas a situações de corrupção, ou infrações conexas, e respetiva avaliação	Baixa	Médio	Fraco	24	Disponibilização do PPR na página eletrónica da CMVFX	DANQ; DCPRI

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva		Responsável
Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de desconhecimento das situações propensas a situações de corrupção, ou infrações conexas, e respetiva avaliação (cont.)	Baixa	Médio	Fraco	25	Promover a divulgação do PPR a todos os trabalhadores	DANQ
						26	Promover a realização de ações de formação sobre riscos de gestão, corrupção e infrações conexas a todos os trabalhadores	DGVRH; DANQ
						27	Reporte de informação das UO à DANQ designadamente na monitorização do PPR	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Corrupção	Dissimulação ou não deteção de conduta fraudulenta de colaborador	Baixa	Alto	Moderado	28	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	Todas a estrutura da CMVFX
						29	Disponibilização de um mecanismo interno anonimizado de reporte de situações relacionadas com a corrupção e infrações conexas	GPD; DGVRH; DMGMAF; DANQ
						30	Promover a formação dos trabalhadores conforme Plano de Formação no âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção	DGVRH
Utilização do Fundo de Maneio	Risco de Corrupção	Risco de utilização indevida do Fundo de Maneio pelos seus detentores	Baixa	Alto	Moderado	31	Promover a divulgação do Regulamento de Fundo de Maneio bem como da NCI e demais legislações aplicáveis, junto das diversas UO	DF; DANQ
Informação e tramitação administrativa dos processos	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de informação ou utilização de informação inadequada para a tomada de decisões	Baixa	Médio	Fraco	32	Assegurar que toda a documentação se encontre agregada ao procedimento na sua tomada de decisão	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente articulação entre as diferentes Unidades Orgânicas, na produção de informações ou prestação de serviços de apoio	Baixa	Médio	Fraco	33	Realização de reuniões periódicas de planeamento e acompanhamento das atividades	Todas a estrutura da CMVFX
						34	Partilha de informação, conhecimentos e experiências entre UO	Todas a estrutura da CMVFX
						35	Promover a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (NP ISO 9001:2015) a novas áreas de atividade da CMVFX	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Gestão	Risco de falha na gestão de processos administrativos, designadamente na receção, análise e encaminhamento dos pedidos e processos registados na aplicação informática (ATE)	Baixa	Médio	Fraco	36	Definição clara dos fluxos dos procedimentos e garantir a monitorização sistemática	Todas a estrutura da CMVFX
						37	Identificação clara dos intervenientes nos procedimentos administrativos	Todas a estrutura da CMVFX

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva		Responsável
Informação e tramitação administrativa dos processos (cont.)	Risco de Gestão	Risco de falha na gestão de processos administrativos, designadamente na receção, análise e encaminhamento dos pedidos e processos registados na aplicação informática (ATE) (cont.)	Baixa	Médio	Fraco	38	Promover a formação dos trabalhadores relativamente às aplicações informáticas no âmbito da Gestão Documental	Todas a estrutura da CMVFX
						39	Promover a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (NP ISO 9001:2015) a novas áreas de atividade da CMVFX	Todas a estrutura da CMVFX
Emissão de pareceres técnicos	Risco de Gestão e Corrupção	Análise incompleta do processo e inconformidade de informação no parecer	Baixa	Médio	Fraco	40	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor	Todas a estrutura da CMVFX
						41	Promover ações de formação dos trabalhadores garantindo a atualização técnica de conhecimentos em conformidade com a legislação vigente	Todas a estrutura da CMVFX
Proteção de dados pessoais e de privacidade	Risco de Corrupção	Quebra dos deveres de proteção de dados pessoais e de privacidade	Baixa	Alto	Moderado	42	Incremento das medidas internas de segurança de documentos	GPD; DIID
						43	Formação dos trabalhadores em RGPD e Cibersegurança, bem como em procedimentos de segurança de informação	DIID; Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de os processos de segurança da informação não garantirem a proteção de dados e de não acautelarem a apropriação para uso indevido	Baixa	Alto	Moderado	44	Identificação e reporte dos procedimentos/ atividades que envolvam a utilização de dados pessoais e sensíveis ao GPD e Encarregados de Proteção de Dados	Todas a estrutura da CMVFX
Ofertas	Risco de Corrupção	Aceitação indevida de ofertas	Baixa	Alto	Moderado	45	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	GPD; DGVRH; DMGMAF; DANQ
						46	Divulgar a Política Anticorrupção a todos os trabalhadores e dirigentes	DANQ
Instrução de processos de meras averiguações, de inquérito, sindicância ou disciplinares determinados superiormente	Risco de Gestão e Corrupção	Violação dos princípios da legalidade, justiça, isenção, imparcialidade, competência, responsabilidade, transparência e boa fé; violação do dever de sigilo	Baixa	Médio	Fraco	47	Rotatividade na nomeação dos instrutores dos processos disciplinares	Presidente da Câmara Municipal
						48	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses por parte dos instrutores, nos termos da legislação em vigor	Presidente da Câmara Municipal
Atendimento e Reclamações	Risco de Gestão	Ineficácia do tratamento de reclamações	Média	Médio	Moderado	49	Cumprimento do estipulado nos procedimentos operacionais acessíveis para consulta na plataforma do sistema de gestão da qualidade e no ambiente de trabalho dos colaboradores de atendimento	DAMC; DANQ
						50	Formação na área de reclamações	Todas a estrutura da CMVFX

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva		Responsável
Atendimento e Reclamações (cont.)	Risco de Gestão	Ineficácia do tratamento de reclamações (cont.)	Média	Médio	Moderado	51	Elaboração de relatório mensal de reclamações não respondidas	DAMC; DANQ
Segurança da informação	Risco de Corrupção	Divulgação de informação ou dados existentes	Baixa	Médio	Fraco	52	Controlo de acessos informáticos conforme as normas divulgadas pela DIID	DIID
						53	Verificar as permissões de utilizadores informáticos e o seu enquadramento nas funções desenvolvidas pelos trabalhadores	Todas a estrutura da CMVFX
						54	Reporte das alterações das funções ou mobilidade dos trabalhadores à DIID	Todas a estrutura da CMVFX
Postos de Cobrança	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de perda de receita	Baixa	Alto	Moderado	55	Divulgação e Sessões de Esclarecimento da NCI aos trabalhadores afetos aos Postos de Cobrança	DMGMAF; DANQ
						56	Disponibilização da NCI na página eletrónica da CMVFX	DGFP
						57	Promover a realização de ações de formação sobre riscos de gestão, corrupção e infrações conexas a todos os trabalhadores	DMGMAF; DANQ
						58	Promover a divulgação do Código de Conduta a todos os trabalhadores	GPD; DGVRH; DMGMAF; DANQ
Melhoria e Qualidade dos Serviços	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos requisitos da Norma ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade	Baixa	Médio	Fraco	59	Realização de auditorias de verificação	DANQ
						60	Monitorização do SGQ mediante o reporte dos responsáveis de processo	Todas a estrutura da CMVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos requisitos da Norma ISO 37001:2016 - Sistema de Gestão Anticorrupção	Baixa	Médio	Fraco	61	Realização de auditorias de verificação	DANQ
						62	Monitorização do SGA mediante o reporte dos responsáveis de processo	Todas a estrutura da CMVFX

9.3.2. Matriz de Riscos de cada UO da Estrutura Orgânica da CMVFX

Gabinete Municipal de Proteção de Dados (GPD)

Responsável * Dr.ª Paula Costilhas

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Informar e aconselhar as UO que tratem dados pessoais no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento das normas estabelecidas no RGPD	Baixa	Alto	Moderado	1	Assegurar que todos os documentos e base de dados que contenham dados pessoais estejam em conformidade com as normas estipuladas no RGPD
						2	Promover a formação a todos os trabalhadores
						3	Sensibilização de todas as UO, para a importância do envio de todos os documentos que contenham dados pessoais e sensíveis abrangidos pelo RGPD ao GPD
						4	Garantir que as relações entre o MVFX e as entidades terceiras respeitem o RGPD
Garantir o funcionamento do Canal de Denúncia	Risco de Corrupção	Divulgação do teor da denúncia e dados do denunciante	Baixa	Alto	Moderado	5	Promover a formação e sessões de esclarecimento aos trabalhadores afetos a esta atividade
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise da averiguação da denúncia	Baixa	Alto	Moderado	6	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						7	Efetuar o reporte mensal ao Responsável de Cumprimento Normativo, dos registos de denúncias no âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção
	Risco de Gestão e Corrupção	Integridade e imparcialidade na análise dos factos	Baixa	Alto	Moderado	8	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Não reporte da informação ao denunciante	Baixa	Alto	Moderado	9	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						10	Desenvolvimento de informação-tipo na resposta a dar ao denunciante
						11	Notificação do registo de entrada, desenvolvimento e saída de informação, no Canal de Denúncias

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Divisão Municipal Apoio ao Município e Cidadania (DAMC)

Responsável * Dr.ª Isabel Araújo

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o Atendimento Presencial	Risco de Corrupção	Risco de tratamento diferenciado de situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	1	Criar/ Implementar um Manual de Procedimentos definindo e uniformizando a atividade de atendimento
	Risco de Gestão	Ineficiência e ineficácia do atendimento presencial	Baixa	Baixo	Fraco	2	Monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a NP ISO 9001:2015
	Risco de Gestão e Corrupção	Falha na verificação de requerimentos e/ ou falta de dados ou documentos	Baixa	Médio	Fraco	3	Garantir o envio pelas UO e SM a atualização da documentação necessária para a submissão dos requerimentos na Loja do Município
						4	Promover a formação de trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Possível favorecimento ou discriminação no atendimento presencial	Baixa	Médio	Fraco	5	Elaboração de inquéritos de satisfação acerca dos serviços prestados
	Risco de Gestão e Corrupção	Divergência na entrega de apoios no âmbito da ação social	Baixa	Médio	Fraco	6	Verificação do valor indicado no documento validado pela UO e o montante do apoio a entregar
						7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
Arrecadação da Receita na emissão e Cobrança de guias de recebimento	Risco de Gestão e Corrupção	Emissão de guias com erros de preenchimento, originando cobrança indevida dos montantes de receita ou possível anulação/ inutilização da guia emitida	Baixa	Alto	Moderado	8	Promover a formação dos trabalhadores
	Risco de Corrupção	Cobrança de valores não coincidente com o montante dos documentos emitidos	Baixa	Alto	Moderado	9	Promover a formação dos trabalhadores
						10	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Corrupção	Recebimento de valores sem suporte documental da receita, ou a emissão de documentos sem que se verifique a cobrança de valores	Baixa	Alto	Moderado	11	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
Assegurar a Receção e Distribuição do Expediente	Risco de Gestão e Corrupção	Ineficácia na aplicação das isenções ou reduções das taxas e preços previstas nos Regulamentos Municipais	Baixa	Médio	Fraco	12	Promover a divulgação e garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais existentes
	Risco de Gestão e Corrupção	Atribuição de circuito incorreto no encaminhamento dos documentos	Média	Baixo	Fraco	13	Definir e associar circuitos para cada um dos procedimentos
						14	Manter atualizada a informação da intranet sobre as competências dos vários serviços

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a Receção e Distribuição do Expediente (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência de registo informático dos documentos/ ofícios rececionados	Baixa	Médio	Fraco	15	Sensibilização dos trabalhadores para o cumprimento dos procedimentos adotados pela Loja do Município
Desenvolver e coordenar o Orçamento Participativo	Risco de Gestão e Corrupção	Favorecimento/ Desfavorecimento de uma candidatura ou projeto	Baixa	Médio	Fraco	16	Garantir o cumprimento do Regulamento Municipal de Participação no Orçamento Participativo do MVFX e as suas Normas de Participação
	Risco de Gestão e Corrupção	Assegurar que as votações decorram de forma adequada, permitindo a participação de todos	Baixa	Médio	Fraco	17	Garantir o cumprimento do Regulamento Municipal de Participação no Orçamento Participativo do MVFX e as suas Normas de Participação
Gestão de Mercados Municipais	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos Regulamentos Municipais e legislação em vigor	Baixa	Médio	Fraco	18	Promover a divulgação e garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais existentes
Gestão de Espaços e Estabelecimentos Comerciais	Risco de Gestão e Corrupção	Critérios definidos nos procedimentos de adjudicação e/ ou incoerências nas peças de procedimentos	Baixa	Médio	Fraco	19	Definição de critérios quantificáveis
						20	Revisão do procedimento por trabalhador diferente daquele que elaborou os documentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	21	Promover a formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Conflito de Interesses	Baixa	Médio	Fraco	22	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
Assegurar o licenciamento, as autorizações e o controlo prévio (nas competências atribuídas à DAMC)	Risco de Gestão e Corrupção	Conflito de interesses	Baixa	Alto	Moderado	23	Garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais e legislação em vigor
						24	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						25	Promover a formação dos trabalhadores
						26	Garantir a aplicação dos pressupostos no código de conduta do MVFX

Gabinete Municipal Investimento e Economia (GIE)

Responsável * Dr. Luís Vasconcelos

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Criação, desenvolvimento e implementação de medidas/ iniciativas de promoção e apoio ao investimento, inovação e internacionalização	Risco de Gestão	Divulgação inadequada que possa levar à falta de credibilidade da medida/ iniciativa	Média	Médio	Moderado	1	Definição clara do público-alvo vs tema da iniciativa
	Risco de Gestão e Corrupção	Conceção estrutural desadequada da medida ou iniciativa	Média	Médio	Moderado	2	Adequado planeamento e desenvolvimento técnico, recorrendo, sempre que necessário, a outros serviços especializados
	Risco de Corrupção	Quebra de regras éticas e deontológicas	Média	Médio	Moderado	3	Partilha de informação, entre os vários técnicos designados para a o efeito, ao longo da medida/ iniciativa
						4	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Promoção/ Desenvolvimento de relações com os diferentes agentes económicos	Risco de Corrupção	Quebra de regras éticas e deontológicas	Média	Médio	Moderado	5	Sensibilização regular e periódica, através de diferentes ações, para o cumprimento e interiorização dos princípios e regras inerentes ao exercício da função
Desenvolvimento e promoção de estudos e análises de suporte à atividade do GIE	Risco de Gestão	Inadequação em relação aos objetivos previamente estabelecidos	Média	Médio	Moderado	6	Definição prévia de procedimentos e metodologias, e posterior controlo, no desenvolvimento de estudos, análises, informação ou ferramentas de apoio à atividade do GIE
						7	Explicitação prévia dos objetivos a atingir
						8	Recolha de dados junto de entidades com reconhecida credibilidade
Promover e desenvolver a divulgação e a informação sistematizada de mecanismos de financiamento e de apoio existentes junto dos agentes económicos	Risco de Corrupção	Divulgação de informação incorreta	Baixa	Médio	Fraco	9	Recolha de informação junto de entidades oficiais ou de reconhecida credibilidade
						10	Análise conjunta da informação a divulgar
						11	Estruturação prévia das diferentes plataformas de divulgação

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Gabinete Municipal Apoio à dinâmica Associativa (GADA)
Responsável * Dr. Luís Rafael

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Análise de candidaturas de Apoio ao Movimento Associativo	Risco de Gestão e Corrupção	Imparcialidade na análise dos pedidos	Baixa	Alto	Moderado	1	Cumprimento do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo
	Risco de Gestão e Corrupção	Favorecimento/ Desfavorecimento dos beneficiários	Baixa	Alto	Moderado	2	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						3	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						4	Promover a formação dos trabalhadores
						5	Efetuar o registo dos apoios numa base de dados relativamente ao movimento associativo
						6	Promover a articulação com as diversas UO relativamente à atribuição de apoios
	Risco de Gestão	Incumprimento das obrigações contratuais por parte das instituições/ entidades apoiadas	Baixa	Alto	Moderado	7	Aplicação das sanções previstas no Regulamento do PAMA para as situações de incumprimento
	Risco de Gestão	Não aplicação de penalizações no caso de incumprimento ou cumprimento deficiente das condições exigidas	Baixa	Alto	Moderado	8	Assegurar a aplicação de penalizações em caso de incumprimento das condições exigidas para a sua atribuição
	Risco de Gestão e Corrupção	Atribuição inadequada de apoios referentes a ações ou projetos no âmbito do movimento associativo	Baixa	Alto	Moderado	9	Implementar um sistema de gestão documental que evidencie o cumprimento de todas as formalidades por parte dos beneficiários (formulário com validação de procedimentos e documentos a integrar no processo)
						10	Promover a formação dos trabalhadores
						11	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Divisão Municipal Planeamento e Gestão de Eventos Municipais (DPGEM)

Responsável * Dr. Nuno Dionísio

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Efetuar o planeamento e a gestão da agenda anual dos grandes eventos e iniciativas municipais	Risco de Gestão	Planeamento incorreto das necessidades e/ ou prioridades dos eventos e iniciativas	Média	Médio	Moderado	1	Definição clara do público-alvo vs tema da iniciativa
						2	Promover a comunicação entre as UO
Promover parcerias com os agentes locais, nacionais e ou internacionais para a organização e realização de eventos e iniciativas municipais	Risco de Corrupção	Conflito de Interesses	Alta	Alto	Elevado	3	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
	Risco de Gestão	A iniciativa não corresponder aos objetivos pré-estabelecidos	Média	Médio	Moderado	4	Planificar e intensificar a divulgação, através do alargamento dos meios de divulgação
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de acompanhamento/ articulação entre agentes	Média	Médio	Moderado	5	Planificar e intensificar a divulgação, através do alargamento dos meios de divulgação
Preparação dos documentos necessários ao lançamento de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição ou locação de bens e serviços, no âmbito dos eventos e iniciativas, bem como a sua gestão e acompanhamento	Risco de Gestão e Corrupção	As necessidades de contratação sem a devida fundamentação	Média	Médio	Moderado	6	Preenchimento do documento "Expressão de Necessidade" de acordo com o formulário pré-definido em vigor, devidamente fundamentado
						7	Adoção de procedimento por Consulta Prévia ou Concurso Público como regra geral, utilizando o Ajuste Direto em situações pontuais
	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência na definição das especificações técnicas dos bens ou serviços a contratar	Baixa	Médio	Fraco	8	Todas as características do objeto a contratar (bem/ serviço) deverão ser claramente definidas e explicitadas previamente ao lançamento do procedimento na CI de Expressão de Necessidade. Em caso de dúvida poderão ser realizadas consultas preliminares ao mercado
	Risco de Corrupção	Definição incorreta do preço base face ao valor do bem ou serviço praticado no mercado	Alta	Médio	Elevado	9	Análise da oferta existente no mercado, bem como dos preços praticados tendo em conta o objeto do procedimento a contratar face a anteriores procedimentos idênticos
	Risco de Gestão	Falhas nos procedimentos ou desconformidade com o CCP	Baixa	Baixo	Fraco	10	Promover a formação dos trabalhadores em matéria de Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	Aquisições divergentes das necessidades reais da autarquia	Baixa	Médio	Fraco	11	A proposta de aquisição deverá sustentar as quantidades efetivamente necessárias de acordo com o procedimento a desenvolver
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de acompanhamento na execução do contrato	Baixa	Médio	Fraco	12	Verificação da execução do contrato de acordo com o estabelecido no caderno de encargos
Assegurar a gestão do Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira	Risco de Gestão	Planeamento insuficiente ou inadequado	Média	Médio	Moderado	13	Implementação de um cronograma com o planeamento das atividades
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos Regulamentos Municipais e legislação em vigor	Baixa	Médio	Fraco	14	Promover a divulgação e garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais existentes

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Divisão Municipal Comunicação, Protocolo e Relações Internacionais (DCPRI)

Responsável * Dr.ª Susana Santos

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gerir a imagem e identidade visual do MVFX, em estreita articulação com as demais UO	Risco de Gestão	Incorreta aplicação das normas de utilização pelas UO da CMVFX e entidades exteriores	Média	Baixo	Fraco	1	Disponibilização on-line das normas de utilização da nova imagem criada, bem como de várias versões de ficheiros para fazer face às referidas normas
						2	Disponibilização da DCPRI para esclarecimento de aplicação/ utilização da imagem do MVFX
Assegurar a gestão, organização e implementação de planos, campanhas, ações e eventos do MVFX	Risco de Gestão	Comunicação ineficaz da informação divulgada devido a sobreposição de agenda de iniciativas/ atividades/ medidas	Alta	Baixo	Moderado	3	Sensibilização dos responsáveis de pelouros e serviços para a necessidade de efetuar uma cuidada análise de agendamento de atividades programadas ou em planeamento
						4	Elaboração de um cronograma de agendamento de iniciativas/atividades transversal a todas as UO
	Risco de Gestão	Incumprimento dos prazos estabelecidos por definições tardias, desadequadas ou insuficientes de conteúdos por parte dos serviços organizadores/ promotores	Média	Baixo	Fraco	5	Sensibilização e pressão para com os serviços promotores para o envio atempado de informação
						6	Constante articulação com serviços e sensibilização dos mesmos para o tipo de informação que a DCPRI necessita para a conceção de atividades que vão ao encontro das características e objetivos das iniciativas
	Risco de Gestão e Corrupção	Desatualização/ incoerência na informação disponibilizada	Baixa	Médio	Fraca	7	Garantir o acompanhamento e monitorização da informação disponível nos meios de comunicação municipais
Conceção e implementação de projetos de design e layout para eventos e exposições	Risco de Gestão	Implementação incorreta dos critérios definidos para os projetos/ exposições	Média	Médio	Moderado	8	Constante sensibilização aos serviços promotores
						9	Envio de guiões à DCPRI nas datas estipuladas, em conformidade com o cronograma de execução definido

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Divisão Municipal Inovação e Infraestrutura Digital (DIID)

Responsável * Eng.º Clemente Rocha

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão de utilizadores	Risco de Gestão e Corrupção	Não garantir a segregação de funções nas permissões de utilizador das aplicações informáticas	Alta	Alto	Elevado	1	Garantir o envio da informação de permissão de novos utilizadores ou modificação dos já existentes por parte dos dirigentes das UO à DIID e à DGVRH
Verificar e controlar os equipamentos informáticos	Risco de Gestão	Falta de suporte ou atualização de software	Baixa	Médio	Fraco	2	Verificação do sistema de distribuição centralizada e de inventário de software
	Risco de Gestão e Corrupção	Apropriação indevida e furto de equipamentos (nomeadamente equipamentos com dados)	Baixa	Alto	Moderado	3	Verificação sistemática do sistema de inventário permanente de hardware
	Risco de Gestão	Inexistência de sistemas de controlo na inventariação, manutenção e atualização dos meios tecnológicos existentes nos serviços municipais	Baixa	Alto	Moderado	4	Promover o sistema automático de inventariação e verificação do inventário
	Risco de Gestão	Falta de controlos dos componentes dos serviços de tecnologias	Alta	Médio	Elevado	5	Análise dos relatórios periódicos da atividade de cada um dos serviços da DIID
Planeamento e Organização	Risco de Gestão	Inexistência ou deficiência dos mecanismos de registo e controlo de acesso à informação	Média	Alto	Elevado	6	Atualização, revisão e comunicação dos Regulamentos aplicáveis às Tecnologias de Informação (Regulamento de Segurança dos Sistemas de Informação e Controlo de Acessos)
Aquisição e Implementação	Risco de Gestão	Risco de falhas nas práticas de aquisição e manutenção de software, bem como de aquisição, desenvolvimento e manutenção de infraestruturas tecnológicas	Baixa	Alto	Moderado	7	Processos documentados de aquisição e manutenção, aplicados a todo o MVFX
						8	Criação, manutenção e avaliação de modelos de tecnologias a adquirir, assegurando os requisitos necessários à continuidade das atividades do MVFX
						9	Implementação de processos consistentes e rápidos de instalação, atualização e monitorização de software
						10	Identificação regular do parque informático e da infraestrutura de software
						11	Gestão de ciclos de vida para a seleção, aquisição, manutenção e abate da infraestrutura tecnológica
Manutenção e suporte	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de não contratualização de níveis de serviço em áreas tecnológicas dependentes de infraestruturas externas	Média	Alto	Elevado	12	Definição e revisão de forma continuada de níveis de serviços com entidades/fornecedores externos tendo por base requisitos de disponibilidade, continuidade e segurança
						13	Monitorização e comunicação das vulnerabilidades encontradas no cumprimento dos níveis de serviço acordados
						14	Utilização de ferramentas automáticas de deteção e comunicação de incidentes, de acordo com os níveis de serviço definidos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Manutenção e suporte (cont.)	Risco de Gestão	Risco de indisponibilidade sobre os recursos disponibilizados pela DIID	Média	Alto	Elevado	15	Definição de processos e utilização de ferramentas para medir a utilização e o desempenho dos sistemas e comunicações
						16	Gestão de ciclos de vida para seleção, aquisição, manutenção e abate da infraestrutura tecnológica
						17	Identificação, classificação e monitorização dos componentes mais críticos da infraestrutura tecnológica
						18	Procedimentos de salvaguarda (backup) e recuperação/ reconstrução (restore) de informação
						19	Procedimentos de segurança de acesso relativamente ao armazenamento dos meios de salvaguarda
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de perda, modificação ou adulteração de informação por intrusão	Média	Alto	Elevado	20	Procedimentos de controlo de acessos, autorização e autenticação dos recursos e serviços disponibilizados pela DIID
						21	Procedimentos de classificação da informação em termos de confidencialidade e de partilha pelos utilizadores
						22	Procedimentos de segurança postos em prática por entidades externas credenciadas
						23	Assegurar a autorização, autenticidade e não repudição de transações eletrónicas com terceiros
						24	Estabelecer e investir de forma continuada numa infraestrutura de prevenção, deteção e correção de software
						25	Aplicação de medidas de segurança aos pontos de controlo da rede e regulação do tráfego de dados
Procedimentos técnicos e relativos à segurança da informação e do ciberespaço	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência ou deficiência dos mecanismos de controlo de Cibersegurança	Média	Alto	Elevado	26	Garantir a aplicação de Diretivas/ Recomendações no âmbito da Cibersegurança (NIS2 (EU) de 14 de dezembro de 2022 e Boas Práticas de Cibersegurança (CPC) de 1 de abril 2022)
						27	Formalizar procedimentos para atuação em caso de deteção de ameaças e reporte de incidentes de segurança e do ciberespaço
						28	Definir procedimentos técnicos e de segurança no ciberespaço, baseados em boas práticas
						29	Criar procedimentos técnicos e organizativos de segurança da informação e do ciberespaço

Divisão Municipal Auditoria, Normalização e Qualidade (DANQ)
Responsável * Dr. Dinis Piriquito

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Controlo e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	Risco de Gestão e Corrupção	Desatualizada, inadequada ou incompleta identificação dos riscos de gestão, de corrupção e infrações conexas	Baixa	Médio	Fraco	1	Identificação dos riscos e das medidas preventivas/ corretivas pelas diversas Unidades Orgânicas e serviços municipais
						2	Controlo do reporte das fichas de identificação de riscos pelas UO/SM à DANQ
						3	Monitorização do PPR através do preenchimento de mapas de apoio com base no reporte de informação prestado pelas diversas UO
						4	Elaboração dos Relatórios de Avaliação Intercalar e Anual
	Risco de Corrupção	Desconhecimento de eventos suscetíveis de corrupção ou de infrações conexas	Baixa	Alto	Moderado	5	Colaboração de todas as UO no preenchimento da Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR
						6	Efetuar o reporte mensal pelo GPD ao Responsável de Cumprimento Normativo dos registos de denúncias no âmbito do Regime Geral de Prevenção da Corrupção
	Risco de Gestão e Corrupção	Não cumprimento das orientações do MENAC, bem como das demais disposições legais em vigor, em matéria de controlo de riscos de corrupção e infrações conexas	Baixa	Médio	Fraco	7	Avaliação e atualização sistemática do PPR
						8	Divulgação do PPR e dos respetivos Relatórios de Avaliação de acordo com a legislação em vigor
						9	Promover a formação a todos os trabalhadores
Elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria (PAA)	Risco de Gestão e Corrupção	Inclusão das áreas que representam menor risco no MVFX	Baixa	Médio	Fraco	10	Análise de risco fundamentada na avaliação da NCI e do PPR, em articulação com o PCM ou Vereador com competência delegada
	Risco de Gestão	Não cumprimento dos prazos e das ações previstas no PAA	Média	Médio	Moderado	11	Assegurar a monitorização de acompanhamento da execução do PAA
Execução de ações de Auditoria Interna	Risco de Gestão e Corrupção	Não cumprimento dos princípios deontológicos da prática da atividade de auditoria	Baixa	Alto	Moderado	12	Elaborar e implementar o Manual de Auditoria Interna
	Risco de Gestão e Corrupção	Relatórios de Auditoria com recomendações ou constatações pouco evidentes	Baixa	Médio	Fraco	13	Promover a aplicação das Normas para a Prática Profissional de Auditoria Interna (NPPAI)
	Risco de Gestão	Reduzido envolvimento e colaboração dos serviços auditados	Baixa	Médio	Fraco	14	Envio de informação atempada à UO a auditar, através do encaminhamento da Ficha de Ação para conhecimento

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Execução de ações de Auditoria Interna (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Reporte de auditoria insuficiente ou inexato pela não detecção de irregularidades materialmente relevantes ou da complexidade específica dos temas a auditar (cont.)	Baixa	Alto	Moderado	15	Promover a formação da equipa da DANQ
						16	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Acompanhar as recomendações decorrentes de ações de auditoria	Risco de Gestão	Não implementação das recomendações comunicadas nos relatórios de auditoria elaborados pela DANQ e por entidades externas	Baixa	Alto	Moderado	17	Divulgar os relatórios de auditoria às UO
						18	Promover a monitorização das recomendações decorrentes das ações de auditoria realizadas
Acompanhar as auditorias externas e colaborar na elaboração do contraditório ao relatório	Risco de Gestão e Corrupção	Abordagem direta das entidades externas às UO sem conhecimento da DANQ	Baixa	Baixo	Fraco	19	Reforçar a divulgação das competências da DANQ junto das UO e das entidades externas
						20	Sensibilizar as UO e as entidades externas da importância de acompanhamento das ações pela DANQ
Assegurar o cumprimento da NCI	Risco de Gestão	Ineficácia da NCI pela sua não aplicação por parte dos serviços	Baixa	Alto	Moderado	21	Promover a divulgação da NCI pelos meios considerados adequados
						22	Realização de testes ao SCI
Implementação e Acompanhamento do processo de definição, elaboração e manutenção do Sistema de Gestão de Qualidade e Anticorrupção	Risco de Gestão	Incumprimento dos requisitos referenciados na Norma ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade	Baixa	Médio	Fraco	23	Fomentar ações de sensibilização
						24	Promover a realização de auditorias ao SGQ e SGA
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de colaboração dos gestores dos processos certificados ou em certificação	Média	Médio	Moderado	25	Promover a formação a todos os trabalhadores
						26	Ações de sensibilização periódicas aos responsáveis pelos processos, relativamente à importância do SGQ e SGA e da sua manutenção contínua

Divisão Municipal Alimentação e Veterinária (DAV)
Responsável * Dr.ª Ana Leonardo

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Verificação de problemas de insalubridade e/ ou incomodidade provocadas por animais e de problemas associados ao bem-estar animal	Risco de Gestão	Favorecimento	Baixa	Médio	Fraco	1	Diminuição de contacto do técnico com os intervenientes, mediante acompanhamento das Forças de Segurança
Atos de intervenção médica e de profilaxia médica e sanitária	Risco de Gestão e Corrupção	Ineficiência na gestão e utilização de materiais	Baixa	Baixo	Fraco	2	Controlo e registo de entrada e saída de medicamentos/ materiais utilizados
Avaliação técnica e análise dos pedidos de autorização relativos à detenção de cães e gatos nos domicílios	Risco de Corrupção	Favorecimento	Baixa	Baixo	Fraco	3	Diminuição de contacto do técnico com os intervenientes, mediante acompanhamento das Forças de Segurança
Gestão do Centro de Recolha Oficial (CRO)	Risco de Gestão	Capacidade deficitária para acolhimento dos animais recolhidos	Baixa	Médio	Fraco	4	Construção/ Ampliação do CRO
	Risco de Gestão	Ausência de registos de animais	Baixa	Médio	Fraco	5	Garantir o registo efetivo, numa Base de Dados Informática, das entradas e saídas de animais do CRO
Cobrança de receita dos serviços prestados	Risco de Corrupção	Cobrança desconforme do indicado no Regulamento da Tabela de Taxas, Preços e Licenças	Baixa	Alto	Moderado	6	Formação dos trabalhadores para este tipo de operação
						7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						8	Sensibilização para a adequada análise e cobrança dos valores de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Preços aprovado no respetivo ano
	Risco de Corrupção	Apropriação da receita	Baixa	Alto	Moderado	9	Controlo das guias emitidas e cobradas no prazo de vencimento indicado
						10	Descrição dos procedimentos através da representação dos circuitos em fluxogramas
						11	Implementação do sistema de pagamento que identifique e individualize a cobrança das guias de recebimento

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Serviço Municipal Proteção Civil
Responsável * Coord. António Carvalho

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gerir e garantir o funcionamento da CMOS - Central Municipal de Operações de Socorro e do CCOM - Centro de Coordenação Operacional Municipal	Risco de Gestão	Inexistência ou desatualização de levantamento e identificação de meios e recursos a empenhar em situações de emergência	Baixa	Médio	Fraco	1	Registo permanente das condições de funcionamento em listas de verificação (check-list)
Promover e coordenar a elaboração e atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	Risco de Gestão	Desatualização do PMEPC e das ações, metodologias e pontos de apoio previamente estabelecidas de suporte a situações de emergência de Proteção Civil	Baixa	Médio	Fraco	2	Atualização do Plano de Emergência, baseado em rotinas de verificação e adequação dos seus conteúdos, cruzando-os com os mapas e listagens referentes a cada secção
	Risco de Gestão	Ocorrência de erros e omissões no PMEPC	Baixa	Médio	Fraco	3	Atualização do Plano de Emergência, baseado em rotinas de verificação e adequação dos seus conteúdos, cruzando-os com os mapas e listagens referentes a cada secção
Apoiar técnica e administrativamente o funcionamento da Comissão Municipal e a de Gestão Integrada de Fogos Rurais	Risco de Gestão	Incumprimento no dever de informação	Baixa	Baixo	Fraco	4	Registo permanente das condições de funcionamento em listas de verificação (check-list)
						5	Sensibilização das UO envolvidas para o reporte e envio de informação ao SMPC
Elaborar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e acompanhar os respetivos Programas de Ação	Risco de Gestão e Corrupção	Desatualização do PMDFCI e não cumprimento das ações previstas	Baixa	Médio	Fraco	6	Atualização do Plano baseado em rotinas de verificação no terreno e adequação dos seus conteúdos, bem como articulação com as entidades externas envolvidas
	Risco de Corrupção	Ocorrência de erros e omissões no PMDFCI	Baixa	Médio	Fraco	7	Atualização do Plano baseado em rotinas de verificação no terreno e adequação dos seus conteúdos, bem como articulação com as entidades externas envolvidas
Prevenção de Riscos e Vulnerabilidades	Risco de Gestão	Falta de identificação dos riscos, com maior frequência e mais grave consequência para o MVFX	Baixa	Médio	Fraco	8	Reuniões periódicas de avaliação de riscos com os agentes de Proteção Civil e demais entidades externas
						9	Realização de exercícios/ simulacros promovidos pelo SMPC
						10	Emissão de avisos e alertas
Planejar o apoio logístico a prestar às forças de socorro e sustentação às respetivas operações	Risco de Gestão	Ausência ou deficiente planeamento	Baixa	Médio	Fraco	11	Registo permanente das condições e dos protocolos assinados com as entidades que fornecem o apoio logístico
Atribuição de subsídios/ apoios às Associações e Corpos de Bombeiros do Concelho	Risco de Corrupção	Atribuição e aplicação dos apoios para fins diferentes, por parte das AHBV/ Corpos de Bombeiros	Baixa	Alto	Moderado	12	Verificação da documentação no âmbito do Regulamento do Estatuto dos Benefícios Fiscais
						13	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						14	Controlo da aplicação dos subsídios e outros apoios concedidos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Monitorização da Limpeza de Linhas de Água	Risco de Gestão	Falta de informação da necessidade de manutenção das Linhas de Água do MVFX	Baixa	Médio	Fraco	15	Articulação entre a DGEIM e o DAEP no levantamento das Linhas de Água do MVFX
						16	Calendarização das ações a realizar anualmente

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira

Departamento Municipal Gestão Administrativa e Jurídica (DGAJ)

Responsável * Dr. Fernando Barreiros

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Secretariar e dar apoio administrativo às reuniões da Câmara Municipal	Risco de Gestão	Não disponibilização atempada da Ordem do Dia e respetiva documentação	Baixa	Médio	Fraco	1	Implementação de Manual de Procedimentos de Apoio às Reuniões da Câmara Municipal
	Risco de Gestão	Não publicitação das deliberações da Câmara Municipal	Baixa	Médio	Fraco	2	Implementação de Manual de Procedimentos de Apoio às Reuniões da Câmara Municipal
	Risco de Gestão e Corrupção	Desconformidades no conteúdo das atas	Baixa	Médio	Fraco	3	Elaboração e conferência do documento efetuada por mais do que um trabalhador (garantindo o princípio da segregação de funções)
Preparar e acompanhar a celebração dos contratos escritos no âmbito da Contratação Pública	Risco de Gestão	Procedimento em desconformidade com o CCP	Baixa	Alto	Moderado	4	Promover a formação dos trabalhadores
						5	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						6	Minutas e contratos realizados por trabalhadores diferentes e verificados pelo Oficial Público
						7	Distribuição aleatória de procedimentos por trabalhador do Setor do Notariado
						8	Implementação de check-list de verificação de elementos no cumprimento do CCP
Preparar e submeter a visto do Tribunal de Contas os atos e contratos que devam ser objeto de fiscalização prévia	Risco de Gestão	Incumprimentos dos prazos	Baixa	Alto	Moderado	10	Elaborar tabela de controlo de cumprimento dos prazos dos procedimentos
	Risco de Gestão	Não divulgação/ envio da decisão de visto às diversas UO	Baixa	Alto	Moderado	11	Definir fluxos, regras e procedimentos que garantam o envio e divulgação da informação
Promover os procedimentos de registo predial dos bens imóveis municipais e das garantias reais de que o Município seja beneficiário e sujeito ativo	Risco de Gestão e Corrupção	Não divulgação da informação às diversas UO	Baixa	Médio	Fraco	12	Definir fluxos, regras e procedimentos que garantam o envio e divulgação da informação
	Risco de Gestão e Corrupção	CI incoerente com o registo das modificações do Património Imóvel Municipal	Baixa	Médio	Fraco	13	Promover a comunicação e reporte de todas as modificações no Património Municipal à UCGP
Promover e assegurar a prática dos atos, procedimentos e formalidades das ofertas, apresentação, entrega, registo e destino	Risco de Corrupção	Aceitação indevida de ofertas	Baixa	Alto	Moderado	14	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promover e assegurar a prática dos atos, procedimentos e formalidades das ofertas, apresentação, entrega, registo e destino (cont.)	Risco de Corrupção	Ausência de registo das ofertas recebidas	Baixa	Alto	Moderado	15	Definir fluxos, regras e procedimentos que garantam registo das ofertas
						16	Formação dos trabalhadores

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Gestão Administrativa e Jurídica
Divisão Municipal Gestão e Valorização de Recursos Humanos (DGVRH)
Responsável * Dr. Paulo Alenquer

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Preparar e acompanhar os procedimentos de recrutamento, seleção e admissão de pessoal	Risco de Gestão e Corrupção	Intervenção nos procedimentos de recrutamento e seleção de elementos com relação de proximidade com candidatos	Baixa	Médio	Fraco	1	Promover a formação dos trabalhadores
						2	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						3	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
	Risco de Corrupção	Entrega de documentos falsos nos elementos obrigatórios identificados no aviso de candidatura	Baixa	Alto	Moderado	4	Apresentação de documento original sempre que se suscitem dúvidas relativamente à autenticidade dos documentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Admissão do candidato após análise incorreta da candidatura ou falta de entrega da documentação	Baixa	Alto	Moderado	5	Verificação do processo por vários trabalhadores
						6	Implementação de check-list de verificação de processos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de não cumprimento de comunicação nos termos legais, com os candidatos	Baixa	Alto	Moderado	7	Garantir a comunicação aos candidatos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de discricionariedade, falta de isenção ou de imparcialidade no processo de recrutamento	Baixa	Alto	Moderado	8	Rotatividade dos trabalhadores designados para constituição de Júris
						9	Promover a formação dos trabalhadores
						10	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						11	Adequação dos métodos de seleção ao perfil do cargo privilegiando sempre que possível a prova de conhecimentos
Gestão dos bares e refeitórios	Risco de Corrupção	Divergência entre as quantidades dos bens fornecidos e faturados	Média	Médio	Moderado	12	Garantir a segregação de funções
						13	Garantir o acompanhamento pelo gestor do procedimento
	Risco de Corrupção	Não arrecadação da receita	Média	Alto	Elevado	14	Garantir a segregação de funções
						15	Promover a formação dos trabalhadores
						16	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						17	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão dos bares e refeitórios (cont.)	Risco de Corrupção	Incumprimento das especificações do contrato por parte da entidade adjudicada	Média	Médio	Moderado	18	Desenvolver ações de verificação e controlo das especificações técnicas definidas no contrato
Gestão de Procedimentos referentes a contratos de prestação de serviços (Avença/Tarefa)	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do disposto no CCP, no desenvolvimento e execução do procedimento de contratação pública	Baixa	Alto	Moderado	19	Informação das UO com CI fundamentando a necessidade de contratar
						20	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						21	Formação dos Trabalhadores no CCP
						22	Garantir que os procedimentos desenvolvidos cumprem os requisitos enunciados no CCP
						23	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						24	Definição da atividade no Manual de Procedimentos da DGVRH
						25	Garantir a verificação de autorização e validação da instrução do procedimento

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal	Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal	Gestão Administrativa e Jurídica
Divisão Municipal	Gestão e Valorização de Recursos Humanos
Unidade Municipal	Recrutamento, Processamento e Gestão (URPG)
Responsável	* Dr. Júlio Zaidam Ferrage

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Processamento de remunerações e outros abonos	Risco de Corrupção	Processamento indevido ou incorreto de remunerações e outros abonos	Média	Médio	Moderado	1	Efetuar um controlo por amostragem de validação de processamento de vencimentos realizados
						2	Verificação e validação por mais que um trabalhador, garantindo a segregação de funções
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos procedimentos definidos no âmbito de processamento	Baixa	Médio	Fraco	3	Elaboração e divulgação do manual de procedimentos da DGVRH
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos limites legais estabelecidos para o pagamento de subsídios e abonos	Baixa	Médio	Fraco	4	Garantir e efetuar a validação das parametrizações definidas na aplicação informática
Controlar e processar a assiduidade, férias, faltas e licenças	Risco de Gestão e Corrupção	Controlo no processamento de assiduidade inadequado ou indevido	Baixa	Médio	Fraco	5	Verificação e validação do procedimento de autorização, garantindo a segregação de funções
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos procedimentos definidos	Baixa	Médio	Fraco	6	Implementação de manual de procedimentos da DGVRH
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos limites legais estabelecidos para o gozo de férias e licenças, e para a justificação de faltas	Baixa	Médio	Fraco	7	Garantir a verificação por amostragem do processamento vs da assiduidade

Direção Municipal	Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal	Gestão Administrativa e Jurídica
Divisão Municipal	Gestão e Valorização de Recursos Humanos
Unidade Municipal	Desenvolvimento Organizacional (UDO)
Responsável	* Dr.ª Mª João Neves

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Planeamento e Gestão de Recursos Humanos	Risco de Gestão	Ausência ou deficiente informação das necessidades das diversas UO	Baixa	Baixo	Fraco	1	Definir procedimentos de reporte de informação na identificação das necessidades reais e adequadas a cada UO
Gerir os processos individuais dos trabalhadores municipais e atualização da respetiva base de dados de cadastro	Risco de Gestão e Corrupção	Informação cadastral dos trabalhadores incorreta ou desatualizada	Média	Médio	Moderado	2	Definir regras e procedimentos a realizar na garantia da atualização do cadastro dos trabalhadores
						3	Verificação e validação por mais do que um trabalhador
						4	Formação na utilização da plataforma de controlo de assiduidade
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos procedimentos definidos (arquivo documental e inserção de dados na base de dados de cadastro dos trabalhadores municipais)	Baixa	Baixo	Fraco	5	Implementação de manual de procedimentos da DGVRH
	Risco de Corrupção	Divulgação de dados ou de informações sensíveis dos trabalhadores	Média	Alto	Elevado	6	Garantir a confidencialidade no tratamento dos dados de acordo com as atividades a desenvolver na UO
	Risco de Gestão e Corrupção	Acumulações não autorizadas de funções públicas ou privadas	Baixa	Médio	Fraco	7	Renovar anualmente os pedidos de acumulação de funções pelos interessados
	Risco de Corrupção	Risco de acesso indevido às informações e quebra de sigilo	Baixa	Médio	Fraco	8	Promover a formação dos trabalhadores
						9	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						10	Medidas de segurança no arquivo dos processos individuais
						11	Efetuar um registo de acesso aos processos individuais dos trabalhadores, bem como definir um acesso restrito dos trabalhadores da DGVRH e interessados
Organizar e gerir o processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores	Risco de Gestão e Corrupção	Definição de objetivos que não sejam mensuráveis	Média	Médio	Moderado	12	Elaboração do Manual de Procedimentos para Avaliadores e formação dos dirigentes de todas as UO
	Risco de Corrupção	Utilização de critérios de avaliação subjetivos	Média	Médio	Moderado	13	Promover a sensibilização do envio atempado dos documentos pelas diversas UO

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Organizar e gerir o processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores (cont.)	Risco de Corrupção	Dificuldade na gestão administrativa do processo de avaliação	Baixa	Baixo	Fraco	14	Promover a sensibilização do envio atempado dos documentos pelas diversas UO
Assegurar o cumprimento das normas de higiene, saúde e segurança no trabalho	Risco de Gestão	Não cumprimento das exigências legais em termos de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	Baixa	Médio	Fraco	15	Elaborar a lista das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelo Serviço de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
						16	Manter a documentação em arquivo durante o período de tempo legalmente definido
	Risco de Gestão	Não disponibilização da informação em Segurança no Trabalho	Média	Médio	Moderado	17	Verificação, por amostragem, das recomendações indicadas aos setores de risco
						18	Implementar mecanismos de divulgação, sensibilização, formação e informação aos trabalhadores e seus representantes para a Segurança e Saúde
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento de prazos e exigências legais em termos de Acidentes de Trabalho	Média	Médio	Moderado	19	Assegurar a participação dos acidentes, incidentes e acontecimentos perigosos ocorridos com os trabalhadores, às entidades identificadas na legislação em vigor, e nos prazos definidos
						20	Divulgar e implementar o procedimento relativo a acidentes de trabalho (Manual de Acolhimento)
	Risco de Gestão e Corrupção	Não cumprimento das exigências legais em termos de Saúde no Trabalho	Baixa	Médio	Fraco	21	Monitorizar a aplicação do procedimento relativo à vigilância de saúde
	Risco de Gestão	Não observância da necessidade de articulação técnica para análise da situação específica de cada trabalhador	Média	Médio	Moderado	22	Garantir metodologias de análise multidisciplinar
Identificação das necessidades de formação	Risco de Gestão	Incorreta análise às necessidades de cada trabalhador	Média	Alto	Elevado	23	Garantir o tratamento sigiloso de informação específica, nomeadamente de dados pessoais
						24	Articulação com as diversas UO, no sentido de fazer o levantamento de necessidades
	Risco de Gestão	Não execução do Plano Anual de Formação	Média	Alto	Elevado	25	Elaboração do manual de procedimentos e garantir a sua execução
						26	Elaborar e garantir a atualização do Plano Anual de Formação
	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreta monitorização e respetiva avaliação	Baixa	Médio	Fraco	27	Garantir a presença dos trabalhadores nas Ações de Formação previstas
						28	Avaliação da Eficácia de Formação

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Gestão Administrativa e Jurídica
Divisão Municipal Assuntos Jurídicos, Contraordenações e Execuções Fiscais (DAJCEF)
Responsável ** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Prestar assessoria jurídica aos departamentos, divisões e órgãos do município	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de documentação remetida à DAJCEF	Baixa	Médio	Fraco	1	Assegurar que toda a documentação recebida se encontra registada
	Risco de Gestão	Não emissão de pareceres jurídicos em tempo útil	Baixa	Médio	Fraco	2	Acautelar o cumprimento de prazos através de monitorização regular de expediente
Assegurar o patrocínio judiciário nos processos propostos pelo Município ou pela Câmara Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de processos	Média	Médio	Moderado	3	Disponibilização de fluxogramas dos diversos procedimentos
	Risco de Gestão	Não observância de prazos fixados pelos Tribunais	Baixa	Alto	Moderado	4	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Não liquidação atempada das custas processuais	Baixa	Alto	Moderado	5	Garantir a comunicação com a DGFP que permita o envio das informações necessárias para sua liquidação
	Risco de Gestão	Falta de monitorização e acompanhamento dos processos remetidos ao consultor jurídico	Baixa	Médio	Fraco	6	Elaboração de uma base de dados que permita o acompanhamento dos processos pelo consultor jurídico externo
Assegurar a gestão da regulamentação municipal	Risco de Gestão	Desatualização dos regulamentos face às alterações na legislação	Média	Alto	Elevado	7	Elaborar uma versão consolidada dos regulamentos municipais - (Código Regulamentar)
	Risco de Gestão	Produção e atualização de regulamentos pelas UO sem parecer/ conhecimento da DAJCEF	Alta	Alto	Elevado	8	Implementação de um circuito documental que garanta o encaminhamento à DAJCEF de todos os regulamentos antes de aprovação pelo órgão competente
Instruir, acompanhar e propor diligências no âmbito dos processos de queixa	Risco de Gestão e Corrupção	Não acompanhar com regularidade os processos	Baixa	Médio	Fraco	9	Reforçar a equipa da DAJCEF com mais recursos humanos
Apoiar a atuação da Câmara Municipal na participação a que esta for chamada em processos legislativos ou regulamentares	Risco de Gestão	Incumprimento dos prazos	Média	Alto	Elevado	10	Definição de prioridades na realização das atividades da divisão
Analisar e emitir pareceres jurídicos	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos prazos	Média	Alto	Elevado	11	Promover a formação dos técnicos
						12	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						13	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Acompanhar processos com notificação de particulares para a realização de ações coercivas	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreções na elaboração das notificações	Baixa	Médio	Fraco	14	Verificação dos documentos que formam os processos por mais do que um trabalhador
Assegurar o cumprimento das atribuições municipais no âmbito dos processos de execução fiscal	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos prazos no procedimento	Baixa	Alto	Moderado	15	Elaborar tabela de controlo de cumprimento dos prazos dos procedimentos
						16	Garantir o cumprimento da legislação definindo fluxos, regras e procedimentos nos processos de execução fiscal
	Risco de Corrupção	Risco de extravio de documentos	Baixa	Alto	Moderado	17	Garantir no arquivo digital os documentos chave do processo (pareceres, decisões, despachos, notificações)
Instruir os processos de contraordenação e assegurar o seu acompanhamento até decisão final	Risco de Gestão e Corrupção	Elaboração extemporânea de decisões	Média	Alto	Elevado	18	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos
						19	Promover a formação dos Técnicos
Instruir, acompanhar, propor diligências, notificar, até ao término do processo (Sistema Nacional de Defesa das Florestas Contra Incêndios)	Risco de Gestão	Incorreções na elaboração das notificações	Baixa	Médio	Fraco	20	Verificação dos documentos que formam os processos por mais do que um trabalhador
	Risco de Gestão	Incumprimento do prazo legalmente estabelecido	Baixa	Médio	Fraco	21	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Gestão Administrativa e Jurídica
Divisão Municipal Fiscalização Municipal (DFM)
Responsável * Dr.ª Célia Batista

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Realizar ações de Fiscalização Municipal e emissão de Autos de Contraordenação	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de favorecimento (ou tratamento desigual para situações idênticas)	Baixa	Alto	Moderado	1	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos
						2	Monitorizar as ações de fiscalização efetuadas, através de mapas ou relatórios periódicos
						3	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						4	Garantir a segregação de funções entre a atividade de fiscalização e a atividade de apreciação/ procedimento administrativo
						5	Promover a distribuição aleatória e rotatividade dos processos pelos técnicos
						6	Identificar e promover ações de formação consideradas necessárias ao desempenho da função
Promover o tratamento e informação dos processos de queixa a requerimento dos particulares ou por iniciativa de qualquer UO	Risco de Gestão e Corrupção	Aplicação de critérios diferentes no tratamento e informação dos processos idênticos	Média	Alto	Elevado	7	Normalização de procedimentos de acordo com a legislação aplicável, garantindo a igualdade de tratamento dos processos
	Risco de Corrupção	Incumprimento do quadro legal vigente e desrespeito pelas orientações internas, disposições legais e regulamentares aplicáveis	Média	Alto	Elevado	8	Normalização de procedimentos de acordo com a legislação aplicável, garantindo a igualdade de tratamento dos processos
	Risco de Corrupção	Risco de existência de conflitos de interesse que coloquem em causa a transparência dos procedimentos	Baixa	Alto	Moderado	9	Promover a formação dos trabalhadores
						10	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						11	Ampla divulgação de princípios éticos relativos ao desempenho de funções públicas
						12	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Gestão do Processo Administrativo	Risco de Gestão	Risco de incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ ou atuação extemporânea	Média	Alto	Elevado	13	Tabelas de controlo ao cumprimento dos prazos dos procedimentos
						14	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão do Processo Administrativo (cont.)	Risco de Corrupção	Risco de existência de conflitos de interesse que coloquem em causa a transparência dos procedimentos	Baixa	Alto	Moderado	15	Ampla divulgação de princípios éticos relativos ao desempenho de funções públicas
						16	Restrições à acumulação de funções privadas eventualmente conflituantes
						17	Promover a formação dos trabalhadores
						18	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						19	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Esclarecimento aos interessados nos processos a decorrer	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência na prestação de informação aos interessados	Baixa	Alto	Moderado	20	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						21	Promover a formação dos trabalhadores garantindo que a comunicação seja realizada de forma clara, sintética e objetiva
Instruir, acompanhar, propor diligências, notificar, até ao término do processo	Risco de Gestão	Comunicação insuficiente entre as UO	Baixa	Médio	Fraco	22	Envio das atualizações dos processos a todos os técnicos responsáveis por garantir que é dado o necessário seguimento desde a instrução ao término do processo
	Risco de Gestão	Incorreções na elaboração das notificações	Baixa	Médio	Fraco	23	Verificação por mais do que um trabalhador, os documentos que formam os processos
	Risco de Gestão	Incumprimento do prazo legalmente estabelecido	Baixa	Médio	Fraco	24	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira

Departamento Municipal Gestão Administrativa e Jurídica

Divisão Municipal Fiscalização Municipal

Unidade Municipal Fiscalização Técnica (UFT)

Responsável * Urb.ª Fernando Gama

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Fiscalizar e acompanhar a conformidade da execução dos processos de gestão urbanística, nomeadamente, o cumprimento dos projetos aprovados, licenças emitidas e prazos de validade	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	1	Restrições à acumulação de funções privadas eventualmente conflituantes com o exercício em funções públicas
						2	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						3	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja normalmente efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						4	Monitorizar as ações de fiscalização realizadas mediante a elaboração de mapas ou relatórios periódicos
Emitir pareceres no âmbito da fiscalização e informar os interessados acerca dos procedimentos legalmente previstos relativos à gestão urbanística	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	5	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos
						6	Promover a distribuição aleatória e rotatividade dos técnicos
						7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						8	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						9	Promover ações de formação dos trabalhadores
Promover o tratamento e informação das queixas a requerimento dos particulares no âmbito da gestão urbanística	Risco de Corrupção	Aplicação de critérios diferentes no tratamento e informação em processos idênticos	Média	Médio	Moderado	10	Normalização de procedimentos de acordo com a legislação aplicável, garantindo a igualdade de tratamento dos processos
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do quadro legal vigente e desrespeito pelas orientações internas, disposições legais e regulamentares aplicáveis	Média	Médio	Moderado	11	Normalização de procedimentos de acordo com a legislação aplicável, garantindo a igualdade de tratamento dos processos

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Financeiro
Divisão Municipal Planeamento Financeiro (DPF)
Responsável * Dr.ª Mª Cristina Pereira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar os deveres de informação no âmbito da RFALEI e restante legislação aplicável	Risco de Gestão	Incumprimento das obrigações legais no reporte de informação	Baixa	Médio	Fraco	1	Validação e encerramento mensal atempado da DGFP, de forma à DPF garantir o cumprimento do prazo estipulado das obrigações legais de reporte da informação
Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos (incluindo as alterações orçamentais)	Risco de Gestão e Corrupção	Planeamento e organização insuficientes na preparação do orçamento e respetiva execução	Média	Médio	Moderado	2	Garantir o procedimento de planeamento e controlo orçamental com as UO envolvidas, mediante o cumprimento dos prazos de envio e de fundamentação adequados
						3	Cumprimento do cronograma temporal com a indicação das alterações orçamentais
Proceder ao registo dos cabimentos e compromissos orçamentais	Risco de Gestão e Corrupção	Emissão dos documentos de despesa em incumprimento com as obrigações legais	Baixa	Alto	Moderado	4	Verificação pelo trabalhador que efetua o registo do cabimento e compromisso de toda a documentação legalmente considerada no processo de despesa
						5	Otimização do circuito documental inerente ao registo do cabimento e compromisso
Elaborar os documentos de prestação de contas	Risco de Gestão e Corrupção	Desconformidade nos mapas de prestação de contas	Baixa	Médio	Fraco	6	Garantir a comunicação atempada entre a DPF e a DGFP das alterações realizadas no âmbito dos movimentos de encerramento e prestação de contas
						7	Verificação por parte da DPF dos mapas elaborados pela DGFP, garantindo a segregação de funções
						8	Elaborar e executar uma check-list de verificações a efetuar no âmbito das conferências entre os diferentes mapas e documentos da prestação de contas
Prestar informação financeira relativa ao processo de obtenção de visto no âmbito da fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas	Risco de Gestão	Informação incorreta/ inadequada e/ ou insuficiente	Média	Alto	Elevado	9	Validação prévia da informação e da documentação a remeter ao Notariado
Estudar e coordenar as propostas para aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços	Risco de Gestão e Corrupção	Informação insuficiente ou incorreta e fora dos prazos estabelecidos para entrega das propostas	Baixa	Médio	Fraco	10	Cumprir o prazo estabelecido para entrega das propostas de alteração, permitindo obter, atempadamente, o retorno da informação dos serviços para respetiva verificação
						11	Garantir a utilização da contabilidade analítica na definição das taxas e preços

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Reporte de informação económica e financeira a entidades externas	Risco de Gestão e Corrupção	Informação insuficiente, incorreta ou inadequada pelas diversas UO (INE)	Média	Médio	Moderado	12	Esclarecer antecipadamente os serviços sobre aquilo que se pretende, fazê-los cumprir com as instruções emanadas pelas várias entidades, de modo a ser rigoroso com a informação prestada
	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiente valorização dos apoios logísticos, cedências de bens e isenções concedidas (benefício auferido) na comunicação das Subvenções Públicas Concedidas (IGF)	Baixa	Médio	Fraco	13	Os serviços responsáveis pelas propostas de atribuição de apoios concedidos deverão apurar todos os valores gastos no apoio das atividades subsidiadas, não incluídos no apoio financeiro
Assegurar a gestão e acompanhamento dos processos de empréstimos do Município e controlar o serviço da dívida	Risco de Gestão e Corrupção	Saldo insuficiente para a liquidação da prestação de empréstimos	Média	Médio	Moderado	14	Informar a DGFP, no início de cada mês, do valor previsto da prestação do empréstimo discriminado por entidade bancária, de forma a reforçar a respetiva conta bancária
	Risco de Corrupção	Atraso na liquidação da prestação de empréstimos referentes ao BEI e IHRU	Média	Médio	Moderado	15	Enviar atempadamente para a DGFP os documentos relativos aos empréstimos BEI e IHRU, para liquidação na data de vencimento
	Risco de Gestão	Incumprimento da legislação aplicável no procedimento de contratação de empréstimos	Baixa	Médio	Fraco	16	Garantir a aplicação da legislação vigente
						17	Garantir a verificação dos documentos por mais do que um trabalhador
Colaborar nos processos de candidaturas a financiamentos nacionais ou comunitários, contratos-programa, protocolos e acordos, bem como controlar a sua execução	Risco de Gestão e Corrupção	Não arrecadação de financiamentos nacionais ou comunitários, por ausência de informação em tempo útil	Baixa	Alto	Moderado	18	Garantir o envio à GMPI, da documentação necessária à instrução do processo de candidatura
	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência de verificação/ validação e controlo dos processos de candidatura	Baixa	Alto	Moderado	19	Elaboração de mapas regulares de controlo da sua execução, nomeadamente, referentes ao acompanhamento dos pedidos de pagamento, monitorização dos relatórios finais e do enquadramento contabilístico

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Financeiro
Divisão Municipal Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)
Responsável * Dr.ª Sandra Nogueira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Elaborar os diários de tesouraria e resumos diários, mantendo-os devidamente processados, escriturados e atualizados	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência de Balanços periódicos	Baixa	Alto	Moderado	1	Realização de termos de contagem à tesouraria conforme estabelecido na NCI
	Risco de Corrupção	Omissão e erros dos valores inscritos	Baixa	Alto	Moderado	2	Reconciliação e verificação diária, garantindo a segregação de funções
Proceder à guarda, conferência e controlo de valores em caixa e em instituições bancárias	Risco de Corrupção	Desvio de valores e documentos	Baixa	Alto	Moderado	3	Promover a formação dos trabalhadores
						4	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						5	Efetuar diariamente conferências garantindo a segregação de funções, em conformidade com a periodicidade definida na NCI
						6	Verificar e analisar os valores em aberto
	Risco de Gestão e Corrupção	Valor de numerário em caixa superior às necessidades previstas	Baixa	Médio	Fraco	7	Garantir o cumprimento da NCI
Registrar e realizar todos os pagamentos do MFVX	Risco de Corrupção	Movimentação de montantes sem autorização	Baixa	Alto	Moderado	8	Verificação de duas assinaturas na movimentação das contas de acordo com despachos/ deliberações
	Risco de Corrupção	Pagamentos indevidos	Baixa	Alto	Moderado	9	Validação integral dos procedimentos e das autorizações necessárias para posterior autorização à realização de pagamentos
Assegurar e garantir a arrecadação da receita	Risco de Gestão e Corrupção	Arrecadação de receita em desconformidade com o Regulamento de Taxas do MVFX e restantes Regulamentos em vigor	Baixa	Alto	Moderado	10	Verificação e controlo dos documentos de receita enviados pelos diversos Serviços Emissores de Receita e Postos de Cobrança
	Risco de Gestão e Corrupção	Contabilização inadequada de receita e/ ou proveitos devido a atraso na comunicação dos valores cobrados	Médio	Alto	Elevado	11	Garantir a aplicabilidade e a manutenção de um sistema informático integrado para registo e cobrança da receita
						12	Sensibilizar as UO para a necessidade da arrecadação das receitas municipais em conformidade com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Anulação de faturas sem fundamentação adequada	Médio	Médio	Moderado	13	Sensibilizar as UO para a necessidade de cumprimento com a NCI e legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de perda de receita	Média	Médio	Moderado	14	Promover a formação de trabalhadores

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar e garantir a arrecadação da receita (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de perda de receita (cont.)	Média	Médio	Moderado	15	Elaborar mapas mensais de receita emitida e não cobrada, para validação dos Serviços Emissores de Receita
						16	Elaborar mapas trimestrais com situações de incumprimento e proceder ao encaminhamento para cobrança litigiosa
Conferir diariamente os documentos de receita e despesa	Risco de Gestão e Corrupção	Desconformidade nos movimentos e registos nos mapas diários de encerramento elaborados no Setor de Tesouraria	Baixa	Alto	Moderado	17	Conferência dos mapas e documentos emitidos pelo Setor de Tesouraria, garantindo a segregação de funções
Assegurar a regularidade financeira na realização da despesa e supervisionar o cumprimento das normas de contabilidade e finanças locais	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de pagamentos indevidos	Baixa	Alto	Moderado	18	Promover a formação de trabalhadores
						19	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						20	Garantir o cumprimento dos fluxos, regras e procedimentos de autorização da despesa, nomeadamente nos Apoios, Subvenções e Subsídios Municipais, pagamentos relativos a Empreitadas de Obras Públicas e Aquisições de Bens e Serviços
Assegurar as operações de realização de despesas e emitir as respetivas ordens de pagamento	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de favorecimento ou incumprimento de prazos de pagamento	Baixa	Médio	Fraco	21	Verificação sistemática do registo e estado de faturas ou documentos equivalentes na aplicação informática
	Risco de Gestão e Corrupção	Emissão de ordens de pagamento sem confirmação por parte do serviço requisitante de que o bem foi recebido ou o serviço prestado	Baixa	Alto	Moderado	22	Em momento prévio à emissão da ordem de pagamento verificar a confirmação do recebimento dos bens ou do serviço prestado por parte do serviço requisitante
						23	Controlo periódico das operações de realização de despesa por amostragem
	Risco de Corrupção	Realização de pagamentos sem certidão de situação contributiva e fiscal, quando aplicável/ penhoras	Baixa	Médio	Fraco	24	Validação prévia do processamento da ordem de pagamento
Registrar e Controlar o Fundo de Maneio	Risco de Gestão e Corrupção	Não cumprimento do Regulamento aprovado	Média	Alto	Elevado	25	Nomeação de um trabalhador responsável pelo recebimento da informação e atualização dos elementos na aplicação informática
						26	Assegurar o registo e a conferência periódica dos documentos de acordo com o estabelecido no Regulamento dos FM e na NCI
Elaborar os documentos de prestação de contas	Risco de Gestão e Corrupção	Erros em operações contabilísticas	Baixa	Médio	Fraco	27	Garantir a segregação de funções pela verificação dos documentos por mais do que um trabalhador
	Risco de Corrupção	Desconformidades e erros na contabilização dos factos	Baixa	Baixo	Fraco	28	Formação dos trabalhadores
						29	Garantir a segregação de funções pela verificação dos documentos por mais do que um trabalhador

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Elaborar os documentos de prestação de contas (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Registos contabilísticos patrimoniais desconformes com a legislação em vigor	Baixa	Baixo	Fraco	30	Formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Desconformidade nos mapas da prestação de contas	Baixa	Médio	Fraco	31	Validação e conferência mensal pela análise de mapas e documentos de verificação financeira
						32	Garantir a aplicação de uma check-list de verificações no âmbito das conferências entre os diferentes mapas e documentos da prestação de contas
Assegurar a atualização da Norma de Controlo Interno	Risco de Gestão	Desatualização da NCI com os procedimentos e estrutura da CMVFX	Baixa	Médio	Fraco	33	Garantir a atualização da NCI com o envolvimento das UO, em articulação com a DANQ

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira
Departamento Municipal Financeiro
Divisão Municipal Gestão Financeira e Patrimonial
Unidade Municipal Contabilidade de Gestão e Património (UCGP)
Responsável * Dr.ª Mónica Garcia

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Elaborar e manter atualizado o Regulamento Municipal de Inventário e Cadastro	Risco de Gestão	Desatualização do Regulamento	Alta	Médio	Elevado	1	Garantir a atualização, implementação e monitorização do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX e da NCI
Efetuar o controlo físico dos bens Móveis procedendo à sua etiquetagem e inventário	Risco de Gestão e Corrupção	Equipamento não etiquetado ou não inventariado	Alta	Médio	Elevado	2	Garantir a atualização, implementação e monitorização do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX e da NCI
	Risco de Gestão	Comunicação deficiente no registo dos abates e transferência de bens	Alta	Médio	Elevado	3	Garantir a atualização, implementação e monitorização do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX e da NCI
	Risco de Gestão	Desatualização das fichas dos bens por falta de comunicação das UO	Alta	Médio	Elevado	4	Garantir a atualização, implementação e monitorização do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX e da NCI
Gerir e administrar o Património Imóvel Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Divergências entre os registos contabilísticos e investimentos existentes registados na AT e IRN	Baixa	Médio	Fraco	5	Realizar verificações periódicas com o serviço de Notariado do MVFX e com as entidades externas, nomeadamente, a AT e o IRN
	Risco de Corrupção	Património Municipal sobre ou subvalorizado	Baixa	Alto	Moderado	6	Realizar verificações periódicas com o serviço de Notariado do MVFX e com as entidades externas, nomeadamente, a AT e o IRN
Assegurar a atualização sistemática do registo, inventário e cadastro de todos os bens do Património Móvel e Imóvel dos domínios público e privado Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Instrução deficiente dos processos inerentes à aquisição, abate e alienação de bens Móveis e Imóveis	Média	Alto	Elevado	7	Garantir a atualização, implementação e monitorização da NCI e do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX
	Risco de Gestão	Autorizações do procedimento por trabalhador ou órgão sem competência	Baixa	Alto	Moderado	8	Garantir a atualização, implementação e monitorização da NCI e do Regulamento de Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX
						9	Verificação e validação do processo por mais do que um trabalhador
	Risco de Gestão	Comunicação deficiente no registo das modificações no património Móvel e Imóvel Municipal	Média	Alto	Elevado	10	Promover a comunicação e reporte das modificações no Património Municipal à UCGP
Proceder à reconciliação/ verificação de contas	Risco de Corrupção	Divergências nos registos contabilísticos nas contas de Terceiros	Baixa	Médio	Fraco	11	Efetuar maior controlo e acompanhamento de obras em curso
						12	Efetuar periodicamente circularização de saldos nas contas de terceiros

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Elaborar os documentos de prestação de contas	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente imputação de custos na contabilidade de gestão	Média	Alto	Elevado	13	Responsabilização pelo cumprimento das regras/ normas e princípios de controlo/ verificação
			Média	Alto	Elevado	14	Reanálise dos códigos dos tipos de imputação de custos
Assegurar a gestão das cauções e garantias	Risco de Corrupção	Acionamento ou libertação indevida de cauções ou garantias	Baixa	Médio	Fraco	15	Validação do cumprimento das obrigações contratuais
	Risco de Corrupção	Risco de extravio de cauções ou garantias				16	Sensibilizar as diversas UO da circularização de informação relativamente a procedimentos contratuais
Implementar e manter um Sistema de Contabilidade de Gestão para a afetação dos recursos humanos e materiais associados às respetivas atividades	Risco de Gestão	Comunicação deficiente no reporte das informações prestadas, por parte das UO	Média	Alto	Elevado	17	Implementação de medidas de segurança para guarda dos documentos em local seguro, conforme definido na NCI
						18	Monitorização do encerramento de atividades

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Gestão, Modernização Administrativa e Financeira

Departamento Municipal Financeiro

Divisão Municipal Contratação Pública (DCP)

Responsável ** Unidade Orgânica sem Dirigente Designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Processo de Aquisições de Bens e Serviços - Avaliação e Planeamento das Necessidades	Risco de Gestão	Inexistência de planeamento das necessidades de aquisições	Baixa	Médio	Fraco	1	Elaboração de Base de Dados com informação relevante que permita a comparação com anteriores aquisições idênticas
						2	Implementação de sistema de identificação e avaliação das necessidades
						3	Garantir a implementação do Plano Anual de Aquisições, permitindo o planeamento das atividades em matéria de Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	A inexistência de avaliação de recursos ou meios internos como alternativa à contratação	Baixa	Médio	Fraco	4	Verificação da existência de meios internos do município que permitam concretizar as necessidades identificadas pelas UO
Instrução dos processos de aquisições de bens e serviços	Risco de Gestão	Inexistência de um manual de procedimentos transversal a todas as UO, com instruções que normalizem a preparação, elaboração e tramitação processual no âmbito da Contratação Pública	Baixa	Baixo	Fraco	5	Elaboração e divulgação de um manual de procedimentos transversal a todas as UO que normalizem a preparação, elaboração e tramitação processual no âmbito da Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	As necessidades de contratação sem a devida fundamentação	Baixa	Alto	Moderado	6	Preenchimento do documento "Expressão de Necessidade" de acordo com o formulário pré-definido em vigor, devidamente fundamentado
						7	Justificação da escolha, principalmente nos casos de opção de procedimento de ajuste direto
	Risco de Gestão e Corrupção	Utilização sistemática do procedimento por ajuste direto	Média	Alto	Elevado	8	Adoção de procedimento por Concurso Público como regra geral, utilizando o Ajuste Direto em situações pontuais
						9	Garantir o cumprimento da legislação em vigor, bem como as recomendações emitidas pelo CPC em matéria de Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência na definição das especificações técnicas dos bens ou serviços a contratar	Média	Alto	Elevado	10	Todas as características do objeto a contratar deverão ser claramente definidas e explicitadas previamente ao lançamento do procedimento na CI de Expressão de Necessidade
	Risco de Corrupção	Definição incorreta do preço base face ao valor do bem ou serviço praticado no mercado	Média	Médio	Moderado	11	Garantir a consulta do valor praticado no mercado
	Risco de Corrupção	Favorecimento de fornecedores e prestadores de serviços	Baixa	Alto	Moderado	12	Análise da oferta existente no mercado, bem como dos preços praticados tendo em conta o objeto do procedimento a contratar

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Instrução dos processos de aquisições de bens (cont.)	Risco de Corrupção	Favorecimento de fornecedores e prestadores de serviços (cont.)	Baixa	Alto	Moderado	13	Comparação de preços médios unitários de anteriores procedimentos com idêntico objeto a contratar
						14	Evitar especificações que favoreçam um determinado produto, serviço, marca, denominações comerciais ou fornecedor
						15	Analisar os potenciais concorrentes, de forma a evitar a existência de propostas fictícias a empresas do mesmo grupo
						16	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Repartição da despesa propícia a práticas não concorrenciais	Média	Alto	Elevado	17	Garantir a contratação global, quando o seu objeto apresente prestações idênticas, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, prevendo a necessidade dos procedimentos subjacentes
	Risco de Corrupção	Falta de isenção e transparência	Baixa	Alto	Moderado	18	Consulta preliminar ao mercado publicitada nas peças do procedimento, sempre que seja realizada
						19	Garantir o cumprimento e bom funcionamento de mecanismos de prevenção de conflitos de interesses na Contratação Pública, previstos no CCP
						20	Garantir a transparência nos procedimentos de Contratação Pública, nomeadamente o cumprimento da obrigação de publicitação no portal BASEGOV
Assegurar a realização dos procedimentos de aquisição e locação de bens e serviços	Risco de Gestão e Corrupção	Falhas nos Procedimentos ou Desconformidade com o CCP	Baixa	Alto	Moderado	21	Promover a formação dos trabalhadores em matéria de Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	Aquisições divergentes das necessidades reais da autarquia	Média	Médio	Moderado	22	A proposta de aquisição deverá sustentar as quantidades efetivamente necessárias de acordo com o procedimento a desenvolver
	Risco de Gestão e Corrupção	O não cumprimento do princípio da segregação de funções nas diversas fases dos procedimentos	Baixa	Médio	Fraco	23	Assegurar que o trabalhador não intervém em mais que uma fase de desenvolvimento do processo de Contratação Pública
	Risco de Gestão e Corrupção	Favoritismo face a determinado concorrente	Baixa	Médio	Fraco	24	Garantir o cumprimento dos princípios de Contratação Pública enunciados no CCP
	Risco de Gestão e Corrupção	Não serem considerados os pressupostos que impeçam a entidade de ser concorrente, nos termos de legislação aplicável	Baixa	Alto	Moderado	25	Efetuar validações que permitam a verificação dos pressupostos da entidade ser considerada concorrente, em conformidade com o disposto no CCP
	Risco de Gestão e Corrupção	Não verificação por parte da entidade adjudicante dos limites estabelecidos na legislação em vigor relativamente às entidades convidadas a apresentar proposta	Baixa	Alto	Moderado	26	Registar em aplicação informática todos os procedimentos de aquisição do MVFX
						27	Elaborar uma check-list de verificações a efetuar no decorrer nas diversas fases do procedimento de Contratação Pública

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a realização dos procedimentos de aquisição e locação de bens e serviços (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Elaboração deficiente das peças procedimentais	Baixa	Médio	Fraco	28	As peças procedimentais devem ser elaboradas em conformidade com as especificações elencadas na CI de Expressão de Necessidade da UO requisitante
	Risco de Gestão e Corrupção	Beneficiar ou excluir determinadas entidades pela especificações técnicas dos bens ou serviços	Baixa	Médio	Fraco	29	Na elaboração do caderno de encargos deve ser evitada qualquer tipo de especificação relativamente a marcas ou denominações comerciais que conduzam ao favorecimento de uma determinada entidade
	Risco de Gestão e Corrupção	Convidar empresas do mesmo grupo no âmbito do mesmo procedimento de contratação	Baixa	Alto	Moderado	30	Efetuar uma análise dos concorrentes garantido o cumprimento do princípio da concorrência
	Risco de Gestão e Corrupção	Repartição da contratação por diferentes procedimentos de forma a não atingir os limites previstos na legislação aplicável	Baixa	Alto	Moderado	31	Devem ser agregados os procedimentos de bens ou serviços do mesmo tipo de necessidade num único procedimento
	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência de cláusulas respeitantes a penalidades aplicáveis em caso de incumprimento do contrato	Média	Alto	Elevado	32	As peças e o respetivo contrato devem integrar cláusulas relativas a penalidades por incumprimento do contrato
	Risco de Gestão e Corrupção	Relatórios de avaliação de propostas com análise deficitária ou pouco clara dos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação	Média	Médio	Moderado	33	Os relatórios de avaliação das propostas devem conter de forma clara a análise realizada tendo em conta os critérios e subcritérios definidos
	Risco de Gestão e Corrupção	A decisão de adjudicação não ser comunicada a todos os interessados	Baixa	Médio	Fraco	34	Nos termos estipulados no CCP todos os interessados devem ser notificados para efeitos de audiência prévia e decisão de adjudicação
	Risco de Gestão e Corrupção	Não serem aplicadas penalidades em caso de incumprimento do contrato	Baixa	Médio	Fraco	35	Reporte de informação do gestor do contrato à DCP para análise e aplicação das penalidades previstas no contrato
Coordenar o sistema de gestão de stocks do armazém	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de Divergências e/ ou Extravio de bens	Média	Alto	Elevado	36	Monitorização e controlo em aplicação informática do registo atualizado dos inventários
						37	Elaboração de balanço semestral (inventário físico vs registo de stock)
	Risco de Gestão e Corrupção	Controlo deficiente na receção e no fornecimento dos bens	Média	Alto	Elevado	38	Garantir a implementação dos procedimentos definidos na NCI, designadamente no cumprimento do princípio da segregação de funções

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Ordenamento e Gestão Urbanística (DOGU)

Responsável * Arq.ª Teresa Laranjeira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Organizar toda a correspondência recebida no DOGU procedendo ao seu encaminhamento interno, bem como à expedição e arquivo de todo o processo	Risco de Gestão	Incumprimento dos procedimentos administrativos e respetivos prazos	Baixa	Alto	Moderado	1	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos
						2	Identificação de responsável pelo procedimento administrativo
						3	Tabelas de controlo para cumprimento dos prazos dos procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de Documentos	Baixa	Alto	Moderado	4	Digitalizar os documentos chave do processo (pareceres, decisões, despachos, notificações)
						5	Promover a desmaterialização
Assegurar a gestão do arquivo documental no DOGU	Risco de Gestão	Incumprimento das regras de arquivo, nomeadamente de identificação, organização e localização completa dos processos	Baixa	Alto	Moderado	6	Criar/ Implementar um Manual de Procedimentos relativamente ao Arquivo Documental
Proceder à emissão de certidões e alvarás que resultem de disposições legais ou regulamentares	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do princípio da segregação de funções	Média	Médio	Moderado	7	Garantir a separação de funções definidas na macroestrutura
Assegurar a circularização interna de documentos/ processos no DOGU e com as diversas UO	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de Documentos	Média	Alto	Elevado	8	Promover a desmaterialização
						9	Definir fluxos, regras e procedimentos para todos os tipos de procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de incumprimento dos prazos no procedimento administrativo	Média	Alto	Elevado	10	Efetuar registos de entradas e saídas de processos/ documentos, mediante solicitação de outras UO
						11	Tabelas de controlo para cumprimento dos prazos dos procedimentos
Assegurar o Atendimento Presencial de Técnicos e Múncipes	Risco de Corrupção	Possível favorecimento ou discriminação no atendimento presencial	Baixa	Médio	Fraco	12	Promover a formação dos trabalhadores
						13	Definir fluxos, regras e procedimentos para todos os tipos de procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de acesso indevido a informação confidencial e quebra de sigilo	Baixa	Médio	Fraco	14	Elaboração de inquéritos de satisfação acerca da prestação de serviços
						15	Garantir a confidencialidade no tratamento de dados de acordo com as atividades a desenvolver

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o Atendimento Presencial de Técnicos e Munícipes (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de acesso indevido a informação confidencial e quebra de sigilo (cont.)	Baixa	Médio	Fraco	16	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta
	Risco de Gestão e Corrupção	Falha na verificação de requerimentos e/ ou falta de dados e/ ou documentos	Baixa	Médio	Fraco	17	Promover a formação dos trabalhadores
						18	Definir fluxos, regras e procedimentos para todos os tipos de procedimentos

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Ordenamento e Gestão Urbanística

Divisão Municipal Gestão Urbanística (DGU)

Responsável * Eng.º Fernando Cabaço

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Analisar os pedidos de informação, de licenciamento, de comunicação prévia e emissão de autorização de utilização	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	1	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho distribuídas por áreas geográficas de atividade
						2	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						3	Promover ações de formação aos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na emissão do parecer	Média	Médio	Moderado	4	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
						5	Disponibilizar fluxogramas dos diversos procedimentos
	Risco de Gestão	Falta de clareza ou dificuldade na perceção das informações emitidas	Média	Médio	Moderado	6	Assegurar a implementação de informações-padrão nas respostas a dar aos cidadãos
						7	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável
Analisar, emitir pareceres e informar os interessados acerca dos procedimentos legalmente previstos	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	8	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho distribuídas por áreas geográficas de atividade
						9	Promover ações de formação aos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na emissão do parecer	Média	Médio	Moderado	10	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
						11	Disponibilização de fluxogramas dos diversos procedimentos
	Risco de Gestão	Falta de clareza ou dificuldade na perceção das informações emitidas	Média	Médio	Moderado	12	Assegurar a implementação de informações-padrão nas respostas aos requerentes
						13	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável
						14	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
Apreciar os projetos de operações urbanísticas, submetendo-os a proposta de decisão final	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	15	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Apreciar os projetos de operações urbanísticas, submetendo-os a proposta de decisão final (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas (cont.)	Baixa	Alto	Moderado	16	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						17	Atualização sistemática da informação relativa a processos
						18	Promover a distribuição aleatória e rotatividade dos técnicos
						19	Promover ações de formação aos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Deferimento tácito de pedidos de licenciamento	Baixa	Alto	Moderado	20	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos
						21	Identificação do responsável pelo procedimento
Receção/ Esclarecimento aos interessados	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência na prestação de informação aos interessados e incumprimento de prazos de resposta	Média	Médio	Moderado	22	Criar/ Implementar um Manual de Procedimentos definindo e uniformizando a atividade de atendimento
						23	Promover a formação dos trabalhadores garantindo que a comunicação seja realizada de forma clara, sintética e objetiva
Elaboração de normas e regulamentos necessários ao funcionamento da atividade	Risco de Gestão	Desconformidade nos procedimentos e na aplicação das normas estabelecidas	Baixa	Médio	Fraco	24	Atualizar os regulamentos existentes e assegurar a sua aplicação
						25	Implementação de Manual de Procedimentos internos
						26	Elaborar e estruturar os pareceres (por tema) e elaborar FAQ's internas
Receção das Obras de Urbanização	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento da execução/ realização da obra	Baixa	Alto	Moderado	27	Acompanhar de forma contínua as fases de realização da obra, mediante planificação temporal
Acompanhar e controlar o cumprimento e a conformidade das operações urbanísticas	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento/ inconformidade das operações urbanísticas	Média	Médio	Moderado	28	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do princípio da segregação de funções	Média	Médio	Moderado	29	Garantir a separação de funções definidas na macroestrutura
	Risco de Gestão	Inconformidade com o estabelecido na legislação, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos competentes	Média	Médio	Moderado	30	Garantir a atualização dos procedimentos processuais definindo o circuito de informação e o cumprimento da legislação
Proceder ao cálculo e emissão de taxas e licenças	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreção no cálculo do valor e na emissão de taxas a cobrar	Baixa	Alto	Moderado	31	Garantir a segregação de funções
						32	Garantir o cumprimento do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas (RMUETOU)

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Ordenamento e Gestão Urbanística

Divisão Municipal Reabilitação Urbana (DRU)

Responsável * Arq.ª Mariana Guimarães

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promover a Estratégia de Regeneração Urbana pós 2020 e delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana pós 2020 do concelho de Vila Franca de Xira e respetivas Operações de Reabilitação Urbana, nos termos do regime jurídico da reabilitação urbana	Risco de Gestão	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos intervenientes no processo	Baixa	Médio	Fraco	1	Divulgação do regulamento municipal que defina claramente os critérios e regras para emissão de licenças, autorizações ou outros condicionalismos administrativos
						2	Disponibilização de informação aos cidadãos sobre formalidades (procedimento, documentos instrutórios, legislação, entre outros)
						3	Divulgação interna das acumulações de funções autorizadas
Assegurar a circularização interna de documentos/ processos na DRU e com as diversas UO	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de Documentos	Média	Alto	Elevado	4	Promover a desmaterialização
						5	Definir fluxos, regras e procedimentos para todos os tipos de procedimentos
						6	Efetuar registos de entradas e saídas de processos/ documentos, mediante solicitação de outras UO
Analisar os pedidos de informação, de licenciamento, de comunicação prévia e emissão de autorização de utilização	Risco de Gestão	Risco de incumprimento dos prazos no procedimento administrativo	Média	Alto	Elevado	7	Tabelas de controlo do cumprimento dos prazos dos procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	8	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho distribuídas por áreas geográficas de atividade
						9	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						10	Promover ações de formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão	Morosidade na emissão do parecer	Média	Médio	Moderado	11	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
						12	Disponibilizar fluxogramas dos diversos procedimentos
	Risco de Gestão	Falta de clareza ou dificuldade na perceção das informações emitidas	Média	Médio	Moderado	13	Assegurar a implementação de informações-padrão nas respostas aos requerentes
						14	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre os serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Analisar, emitir pareceres e informar os interessados acerca dos procedimentos legalmente previstos	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	15	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho distribuídas por áreas geográficas de atividade
						16	Promover ações de formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão	Morosidade na emissão do parecer	Média	Médio	Moderado	17	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
						18	Disponibilização de fluxogramas dos diversos procedimentos
	Risco de Gestão	Falta de clareza ou dificuldade na perceção das informações emitidas	Média	Médio	Moderado	19	Implementação de informações-padrão na resposta aos requerentes
						20	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre os serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável
Apreciar os projetos de operações urbanísticas, submetendo-os a proposta de decisão final	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	21	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						22	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						23	Atualização sistemática da informação relativa aos processos
						24	Promover a distribuição aleatória e rotatividade dos técnicos
						25	Promover ações de formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Deferimento tácito de pedidos de licenciamento	Baixa	Alto	Moderado	26	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de procedimentos
						27	Identificação do responsável pelo procedimento
Proceder ao cálculo e emissão de taxas no âmbito das competências do DOGU	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreção no cálculo do valor e na emissão de taxas a cobrar	Baixa	Alto	Moderado	28	Garantir a segregação de funções
						29	Garantir o cumprimento do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas (RMUETOU)
Acompanhar e controlar o cumprimento e a conformidade das operações urbanísticas	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento/ inconformidade das operações urbanísticas	Média	Médio	Moderado	30	Definir fluxos, regras, procedimentos e prazos para todos os tipos de procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do princípio da segregação de funções	Média	Médio	Moderado	31	Garantir a separação de funções definidas na macroestrutura

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Acompanhar e controlar o cumprimento e a conformidade das operações urbanísticas (cont.)	Risco de Gestão	Inconformidade com o estabelecido na legislação, regulamentos, deliberações e decisões dos órgãos competentes	Média	Médio	Moderado	32	Garantir a atualização dos procedimentos processuais definindo o circuito de informação e o cumprimento da legislação

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Gabinete Municipal Multidisciplinar de Prospeção e Investimento (GMPI)

Responsável * Dr.ª Júlia Reis

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Pesquisa e divulgação de fontes de financiamento nacionais e europeias, para elaboração de candidaturas e implementação de projetos municipais	Risco de Gestão e Corrupção	Não arrecadação de financiamentos, por ausência de informação em tempo útil	Média	Médio	Moderado	1	Sensibilização para o conhecimento dos Avisos de Abertura e dos Regulamentos dos Programas
						2	Divulgação de informação ao PCM e demais responsáveis políticos, ao Diretor do DMDT e às chefias das diversas UO
						3	Articulação com outras UO e com entidades externas, através de elementos do GMPI adstritos a candidaturas e projetos
Gestão e implementação de candidaturas aprovadas com fontes de financiamento nacionais e europeias	Risco de Gestão e Corrupção	Atraso na execução física e financeira	Média	Médio	Moderado	4	Priorizar o desenvolvimento das operações objeto de financiamento sobre as quais as UO fizeram manifestação de interesse ou nas quais estão particularmente implicadas
						5	Divulgação das operações aprovadas às UO com intervenção direta no procedimento/ ação objeto de financiamento, de forma a serem prioritários e de maior celeridade
						6	Divulgação das orientações operacionais das entidades gestoras dos financiamentos e acompanhamento dos contratos em execução noutras UO
	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreta validação dos pedidos de reembolso das despesas decorrentes dos procedimentos aquisitivos da responsabilidade do GMPI (aquisição de projetos, levantamentos topográficos, avaliação de imóveis, certificação energética, consultorias, publicitação e divulgação das operações, etc.)	Baixa	Alto	Moderado	7	Elaboração e partilha de mapa de controlo de pedidos de reembolso com a DPF, efetuado à entidade financiadora
						8	Conferência das operações realizadas pela DPF, garantindo o princípio da segregação de funções, designadamente o envio das faturas para a entidade gestora do financiamento
						9	Divulgação atempada da faturação adstrita por componente da operação financiada, à DPF
Assegurar a consultoria jurídica aos diversos assuntos do GMPI, dar pareceres/ estudos e apoio de carácter jurídico às restantes UO, em especial, no respeitante a programas e linhas de financiamento	Risco de Corrupção	Revelação indevida de informação	Média	Médio	Moderado	10	Exigência da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesse
	Risco de Gestão e Corrupção	Demora excessiva na elaboração de pareceres colocando em causas eventuais decisões do GMPI e/ ou de outras UO	Média	Médio	Moderado	11	Elaboração de pareceres dentro dos prazos estabelecidos através da realização mensal de uma Ficha de Tarefas/ Ações em desenvolvimento e o estado das mesmas
	Risco de Gestão e Corrupção	Propostas e/ou considerações conclusivas sobre temas não jurídicos	Média	Médio	Moderado	12	Divulgação interna de atos supervenientes que venham a configurar impedimentos ou incompatibilidades

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a consultoria jurídica aos diversos assuntos do GMPI, dar pareceres/ estudos e apoio de carácter jurídico às restantes UO, em especial, no respeitante a programas e linhas de financiamento (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Propostas e/ou considerações conclusivas sobre temas não jurídicos (cont.)	Média	Médio	Moderado	13	Exigência de adequada fundamentação jurídica das propostas de decisão sobre os assuntos do GMPI ou de assuntos solicitados por outras UO
						14	Análise, verificação e validação prévia a despacho, de todas as propostas de decisão e documentos (declarações e termos, CI, ofícios, contratos, acordos de parceria e protocolos, convites e cadernos de encargos...) e atualização permanente dos mesmos
Promover a inventariação dos bens móveis adquiridos no âmbito de candidaturas	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de envio para a UO competente para proceder ao inventário e cadastro do património móvel municipal	Baixa	Médio	Fraco	15	Informação do GMPI à área administrativa para centralização da documentação, arquivo do processo aquisitivo e remessa do Auto de Receção dos bens à UCGP, bem como etiquetagem e sua afixação nos bens após o registo no respetivo cadastro, informação sobre a posse e guarda dos bens e emanação de orientações sobre a gestão dos mesmos
Execução de contratos e processos aquisitivos de bens e serviços no âmbito de candidaturas e da responsabilidade do GMPI	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente verificação do cumprimento da execução dos contratos	Baixa	Alto	Moderado	16	Realização de reuniões documentadas e participação de todos os intervenientes no processo, nomeadamente, projetistas, gestor do contrato, jurista, CD do GMPI e Diretor do DMDT
						17	Divulgação de forma sistemática, clara e nos termos legais, dos procedimentos adotados em todos os contratos públicos e das orientações técnicas das entidades gestoras dos financiamentos e do IMPIC, com vista a potenciar a legalidade, a transparência e a livre concorrência
						18	Acompanhamento do cumprimento legal e avaliação do desempenho do fornecedor/ prestador de serviços no referente à execução do contrato, pelo gestor do contrato e jurista
						19	Controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os preços contratuais
						20	Calendarização sistemática e controlo entre prazos (ex. prazos de candidaturas)
						21	Envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/ prestador de serviços, logo que se detetem situações irregulares e/ ou derrapagem de custos e/ ou de prazos contratuais, em especial quando põem em causa prazos de candidaturas
						22	Acompanhamento jurídico permanente às situações dos contratos em colaboração com os gestores dos contratos, para elaboração de propostas de medidas corretivas ou aplicação de sanções contratuais, quando se revelarem adequadas

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Gabinete Municipal Planeamento e Inteligência Territorial (GPIT)

Responsável * Urb.º Ricardo Ramalho

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promover a reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente marcação de lotes no âmbito das AUGI, originando diferenças nas áreas dos lotes registadas e no respetivo alvará	Baixa	Médio	Fraco	1	Prévia validação e verificação dos estudos de loteamento
	Risco de Gestão e Corrupção	Licenciamento em desconformidade com os estudos de loteamento	Baixa	Médio	Fraco	2	Prévia validação e verificação dos estudos de loteamento
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de clareza ou dificuldade na perceção das informações prestadas aos requerentes	Baixa	Baixo	Fraco	3	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre os serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável
	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade do procedimento de aprovação de loteamentos e emissão do respetivo alvará	Baixa	Baixo	Fraco	4	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
	Risco de Gestão e Corrupção	Garantir a equidade na análise dos pedidos de alteração a alvarás	Baixa	Baixo	Fraco	5	Disponibilização de fluxogramas dos diversos procedimentos
Promover e acompanhar a elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)	Risco de Gestão e Corrupção	Existência de conluio entre os técnicos responsáveis e eventuais interessados	Baixa	Alto	Moderado	6	Verificação e validação do processo por mais do que um trabalhador, garantindo a segregação de funções e o cumprimento regulamentar
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos prazos legais para a revisão/ adaptação do PDM	Média	Médio	Moderado	7	Participação prévia e sucessiva dos interessados no desenvolvimento dos PMOT
Promover a participação dos cidadãos	Risco de Gestão e Corrupção	Comunicações dos munícipes/ cidadãos pouco objetivas relativamente aos temas em discussão	Baixa	Médio	Fraco	8	Elaboração de cronograma de controlo para cumprimento dos prazos dos procedimentos, incluindo pareceres externos
Coordenação e elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território (REOT)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco no recebimento e tratamento de informação para a elaboração do REOT	Média	Médio	Moderado	9	Definição de "documentos-tipo", nomeadamente nos inquéritos e nos temas em discussão pública que garantam a uniformização de respostas
						10	Assegurar a transparência dos processos, a sua divulgação e a participação dos interessados
Emitir pareceres e informar os procedimentos legalmente previstos relacionados com atividade de planeamento e ordenamento do território	Risco de Gestão e Corrupção	Garantir a imparcialidade e o desempenho das funções dos técnicos	Média	Médio	Moderado	11	Promover e instruir os procedimentos de recebimento de informação atempada ao GPIT
						12	Verificação e validação do processo por mais do que um Trabalhador, garantindo a segregação de funções

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Emitir pareceres e informar os procedimentos legalmente previstos relacionados com atividade de planejamento e ordenamento do território (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Garantir a imparcialidade e o desempenho das funções dos técnicos (cont.)	Média	Médio	Moderado	13	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de clareza ou dificuldade na percepção das informações emitidas	Média	Médio	Moderado	14	Promover a comunicação simples e objetiva, facilitando o fluxo de informação entre os serviços e os interessados, evitando meras remissões para a legislação aplicável
Atendimento ao público	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência na prestação de informação aos interessados	Média	Médio	Moderado	15	Promover a formação dos trabalhadores garantindo que a comunicação seja realizada de forma clara, sintética e objetiva

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais

Divisão Municipal Grandes Empreitadas e Infraestruturas Municipais (DGEIM)

Responsável * Eng.º Vítor Viçoso

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Formação de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas	Risco de Gestão e Corrupção	Elaboração de Peças de Procedimento inadequadas ao objeto do contrato ou inválidas face à legislação em vigor, nomeadamente, o CCP	Média	Alto	Elevado	1	Elaboração de minutas tipo para a abertura e desenvolvimento de procedimento, de Caderno de Encargos Geral e Convite, de acordo com o estipulado na legislação em vigor, de forma a evitar a ocorrência de trabalhos complementares
						2	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento deficiente de estimativas de custos	Baixa	Alto	Moderado	3	Criação de base de dados com informação relevante de anteriores procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de pedidos de Esclarecimentos e Listas de Erros e Omissões	Baixa	Alto	Moderado	4	Formação dos trabalhadores para aplicação da legislação em vigor
						5	Designação e análise efetuada por diferentes elementos para júris do procedimento
	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreta apreciação e análise de Propostas Apresentadas	Baixa	Alto	Moderado	6	Designação de diferentes elementos para júris do procedimento
Execução de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas	Risco de Gestão	Falta de acompanhamento na execução dos trabalhos de empreitada	Baixa	Médio	Fraco	7	Verificação da execução física das empreitadas de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e projeto (adjudicado)
						8	Atribuição de empreitadas a diferentes técnicos de acordo com critérios previamente estabelecidos (áreas geográficas/tipologia de empreitadas)
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de orçamentos e estimativas de custos, dando origem à elaboração de trabalhos complementares ou trabalhos a menos	Baixa	Médio	Fraco	9	Criação de base de dados com informação relevante de anteriores procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de desvios e prorrogações de prazos	Baixa	Médio	Fraco	10	Verificação da execução física das empreitadas de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e projeto (adjudicado)
	Risco de Gestão e Corrupção	Faturação de trabalhos não realizados em autos de medição, nomeadamente em artigos passíveis de sofrer alterações de quantidades em virtude das condições encontradas no local	Baixa	Alto	Moderado	11	Continuar a garantir rotinas de verificação, por amostragem dos artigos do mapa de trabalhos das empreitadas

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Execução de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente ou falta de tramitação do processo de Revisão de preços da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	12	Utilização de software dedicado ao cálculo de revisão de preços
						13	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de revisão de preços da empreitada
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de tramitação do processo de Receção Provisória e Conta Final da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	14	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de Receção Provisória e a Conta Final da empreitada
	Risco de Gestão e Corrupção	Não proceder ao regime de libertação de caução e de execução da garantia da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	15	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de libertação de caução e de execução de garantia da empreitada
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de tramitação do processo de Auto Definitivo	Baixa	Médio	Fraco	16	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de Receção Definitiva
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de publicitação dos procedimentos de empreitadas	Baixa	Alto	Moderado	17	Divulgação, de forma sistemática e clara e nos termos legais dos procedimentos adotados em todos os contratos públicos na BASE GOV, com vista a potenciar a legalidade, a transparência, a livre concorrência e estimular o próprio investimento
Colaborar com a Unidade de Contabilidade de Gestão e Património na atualização do Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de envio de dados/ informação para a UCGP	Baixa	Médio	Fraco	18	Assegurar que a informação é enviada à UCGP, após a conclusão das obras e assim que reúna todos os dados necessários para a respetiva atualização do Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX
Licenciamento de Operações de Subsolo	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente do pedido de licenciamento de operações de subsolo e aplicação de taxas correspondentes	Baixa	Médio	Fraco	19	DOPM/SA promove o pedido de documentação necessária, visando a instrução correta do processo para posterior análise
						20	Elaboração de minutas tipo com os diversos regimes aplicável
						21	Assegurar o cumprimento dos regulamentos do Município
Condicionamento de Trânsito	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente do pedido de condicionamento de trânsito e aplicação de taxas correspondentes	Baixa	Médio	Fraco	22	DOPM/SA promove o pedido de documentação necessária, visando a instrução correta do processo para posterior análise
						23	Elaboração de minutas tipo com os diversos regimes aplicáveis
						24	Assegurar o cumprimento dos regulamentos do Município
Pedidos de Reserva de Lugares de Estacionamento e de Proibição de Estacionamento (Art.º 50º do Código da Estrada)	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente ao pedido de Reserva de Lugares de Estacionamento e de Proibição de Estacionamento (Art.º 50º do Código da Estrada)	Baixa	Baixo	Fraco	25	DOPM/SA promove o pedido de documentação necessária, visando a instrução correta do processo para posterior análise

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais

Divisão Municipal Empreitadas Municipais (DEM)

Responsável * Eng.º Hélder Rito

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Formação de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas	Risco de Gestão e Corrupção	Elaboração de Peças de Procedimento inadequadas ao objeto do contrato ou inválidas face à legislação em vigor, nomeadamente, o CCP	Média	Alto	Elevado	1	Elaboração de minutas tipo para a abertura e desenvolvimento de procedimento, de Caderno de Encargos Geral e Convite, por forma a evitar a ocorrência de trabalhos complementares
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento deficiente de estimativas de custos	Baixa	Alto	Moderado	2	Criação de base de dados com informação relevante de anteriores procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de pedidos de Esclarecimentos e Listas de Erros e Omissões	Baixa	Alto	Moderado	3	Formação dos trabalhadores para aplicação da legislação em vigor
						4	Delegação de competências que permita a célere resposta dos pedidos
	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreta apreciação e análise de Propostas Apresentadas	Baixa	Alto	Moderado	5	Designação de diferentes elementos para júris de concursos
						6	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Execução de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de acompanhamento na execução dos trabalhos de empreitada	Baixa	Médio	Fraco	7	Verificação da execução física das empreitadas de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e projeto (adjudicado)
						8	Atribuição de empreitadas a diferentes técnicos de acordo com critérios previamente estabelecidos (áreas geográficas/ tipologia de empreitadas)
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de orçamentos e estimativas de custos, dando origem à elaboração de trabalhos complementares ou trabalhos a menos	Baixa	Médio	Fraco	9	Criação de base de dados com informação relevante de anteriores procedimentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente de desvios e prorrogações de prazos	Baixa	Médio	Fraco	10	Formação dos trabalhadores na legislação em vigor
	Risco de Gestão e Corrupção	Faturação de trabalhos não realizados em autos de medição, nomeadamente em artigos passíveis de sofrer alterações de quantidades em virtude das condições encontradas no local	Baixa	Alto	Moderado	11	Continuar a garantir rotinas de verificação, por amostragem e por terceiros, dos artigos do mapa de trabalhos das empreitadas

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Execução de Contrato de Empreitadas de Obras Públicas (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Análise deficiente ou falta de tramitação do processo de Revisão de preços da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	12	Utilização de software dedicado ao cálculo de revisão de preços
						13	Elaboração de tabela e verificação do processo de revisão de preços da empreitada
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de tramitação do processo de Receção Provisória e Conta Final da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	14	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de Receção Provisória e a Conta Final da empreitada
	Risco de Gestão e Corrupção	Não proceder ao regime de libertação de caução e de execução da garantia da empreitada	Baixa	Médio	Fraco	15	Reuniões de coordenação do serviço, visando o melhoramento contínuo
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de tramitação do processo de Auto Definitivo	Baixa	Médio	Fraco	16	Elaboração de tabela indicativa da necessidade de executar o processo de Receção Definitiva
	Risco de Corrupção	Falta de publicitação dos procedimentos de empreitadas	Baixa	Alto	Moderado	17	Divulgação de forma sistemática e clara e nos termos legais dos procedimentos adotados em todos os contratos públicos na BASE GOV, com vista a potenciar a legalidade, a transparência, a livre concorrência e estimular o próprio investimento
						18	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Colaborar com a Unidade de Contabilidade de Gestão e Património na atualização do Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de envio de dados/ informação para a UCGP	Baixa	Médio	Fraco	19	Assegurar que a informação é enviada à UCGP, após a conclusão das obras e assim que reúna todos os dados necessários para a respetiva atualização do Inventário e Cadastro de Bens de Imobilizado da CMVFX

Direção Municipal Desenvolvimento do Território
Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais
Divisão Municipal Oficinas Municipais (DOM)
Responsável * Eng.º Élio Piriquito

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Aquisição, renovação ou substituição da frota de máquinas e viaturas	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de omissão de requisitos no processo de elaboração das especificações técnicas do procedimento	Baixa	Alto	Moderado	1	Identificação pela UO da necessidade e utilização da viatura/equipamento e enquadramento com a avaliação efetuada pelos critérios definidos pela DOM
						2	As especificações técnicas devem ser elaboradas identificando todas as características necessárias à prossecução da atividade que o bem a adquirir se destina
						3	Criação de base de dados com informação relevante de anteriores aquisições
Aquisição de bens e serviços necessários ao normal funcionamento dos serviços	Risco de Gestão	Ausência de planeamento de forma atempada para a prossecução do procedimento a desenvolver	Baixa	Médio	Fraco	4	Implementação de mecanismos/ procedimentos de planeamento que permitam identificar e antecipar necessidades futuras de aquisição de bens ou serviços
	Risco de Corrupção	Favorecimento de entidades pela relação direta entre os promitentes recetores dos bens	Baixa	Alto	Moderado	5	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						6	Assegurar o cumprimento do estipulado na NCI

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais

Divisão Municipal Oficinas Municipais

Unidade Municipal Obras por Administração Direta (UOAD)

Responsável * Eng.º Mariana Constantino

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão de Obras por Administração Direta nas diversas áreas	Risco de Gestão e Corrupção	Utilização indevida de recursos do Município em atividades fora do âmbito da administração direta	Média	Alto	Elevado	1	Controlar e registar as atividades desenvolvidas no âmbito da administração direta
						2	Efetuar o registo das obras por administração direta nas folhas de obra e reportar à UCGP
	Risco de Gestão e Corrupção	Avaliação incorreta da responsabilidade na realização de trabalhos e a sua consequente execução fora do âmbito da competência do Município	Baixa	Médio	Fraco	3	Implementação de circuito de procedimentos/ fluxogramas de verificação eficiente que assegurem previamente à execução dos trabalhos, a identificação da entidade por eles responsável
Prestar apoio a eventos	Riscos de Gestão	Incumprimento de prazos na execução das funções de apoio a eventos	Média	Alto	Elevado	4	Promover a coordenação interserviços fornecendo a informação detalhada relativamente à atividade a desenvolver
						5	Realizar cronograma temporal de controlo que possibilite a gestão de recursos humanos e/ ou Técnicos do Município necessários na atividade a realizar

Direção Municipal Desenvolvimento do Território

Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais

Divisão Municipal Oficinas Municipais

Unidade Municipal Gestão de Frota Municipal (UGFM)

Responsável ** Unidade Orgânica sem Dirigente Designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gerir a Frota de Viaturas e Máquinas	Risco de Gestão e Corrupção	Falhas na documentação legal exigível	Baixa	Médio	Fraco	1	Assegurar a verificação de documentação e controlo de equipamentos e acessórios em falta nas viaturas
	Risco de Gestão	Faltas nos equipamentos e acessórios que equipam as viaturas	Baixa	Médio	Fraco	2	Assegurar a verificação de documentação e controlo de equipamentos e acessórios em falta nas viaturas
	Risco de Gestão	Utilização indevida de viaturas ou máquinas da frota municipal	Baixa	Alto	Moderado	3	Implementar e monitorizar a utilização das viaturas através do sistema de gestão de frota e localização de viaturas
						4	Utilização de "folha de controlo de viaturas"
Gerir a Manutenção da Frota de Viaturas e Máquinas	Risco de Gestão	Falhas no cumprimento do Programa de Manutenção Preventiva/ Corretiva	Baixa	Médio	Fraco	5	Programação e calendarização de manutenção preventiva evidenciando a forma de realização (recursos próprios ou via outsourcing)
	Risco de Gestão	Falhas na Certificação de equipamentos	Baixa	Alto	Moderado	6	Inclusão da informação relativa à existência e validade das certificações nos documentos de controlo da manutenção preventiva
	Risco de Gestão e Corrupção	Planificação indevida da utilização de viaturas de transporte coletivo	Baixa	Alto	Moderado	7	Controlo e verificação da planificação mensal dos transportes
						8	Atualizar e implementar o Regulamento de Utilização de Viaturas de Transporte Coletivo

Direção Municipal Desenvolvimento do Território
Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais
Divisão Municipal Projetos Municipais (DPM)
Responsável * Arq.ª Vitória Cochicho

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Realização, apreciação e informação de estudos prévios, anteprojetos e projetos de execução em cooperação com as demais UO	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	1	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						2	Promover a distribuição aleatória e rotatividade dos técnicos
						3	Promover ações de formação dos trabalhadores
						4	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na emissão do parecer	Média	Baixo	Fraco	5	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
Preparação, elaboração e validação das peças do procedimento, incluindo o caderno de encargos, para lançamento de procedimentos de aquisição de serviços	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência de um controlo interno eficaz, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Média	Alto	Elevado	6	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						7	Verificação de que o procedimento escolhido se encontra em conformidade com os preceitos legais
						8	Caso se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, estes devem ser rigorosamente justificados e com base em dados objetivos e devidamente documentados
						9	Garantir, em articulação com a DCP, a publicação de anúncio do procedimento concursal, para a celebração de contratos de aquisição de serviços
						10	Adequação das especificações técnicas inseridas no caderno de encargos, à natureza do objeto de contrato, sem aplicação de requisitos que determinem o afastamento da maior parte dos potenciais concorrentes (imposição de condições inusuais/ demasiado exigentes ou restritivas)
						11	Utilização de minutas de documentos (convites, caderno de encargos, autos, relatórios, comunicações, notificações e ofícios...)
						12	Assegurar que as cláusulas técnicas inseridas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Preparação, elaboração e validação das peças do procedimento, incluindo o caderno de encargos, para lançamento de procedimentos de aquisição de serviços (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência de um controlo interno eficaz, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais (cont.)	Média	Alto	Elevado	13	Garantir a prestação atempada dos esclarecimentos, tidos por pertinentes, aos potenciais concorrentes que os solicitem, assegurando-se de que tais respostas são amplamente divulgadas e partilhadas por todos os interessados
						14	Acompanhamento jurídico perante as situações dos processos e integração das alterações legais e das orientações emanadas pelas entidades supervisoras
Acompanhamento da Execução de Contrato de Prestação de Serviços	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente verificação do cumprimento do contrato por parte dos fornecedores	Baixa	Alto	Moderado	15	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						16	Realização regular de reuniões de Projeto com elaboração de atas e a participação de todos os intervenientes no processo (nomeadamente, projetistas e outras entidades)
						17	Acompanhamento e/ ou avaliação do desempenho do prestador de serviços no que se refere à execução do contrato, pelo Gestor do Contrato, de acordo com os níveis de qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos
						18	Controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados
						19	Calendarização sistemática e controlo dos prazos
						20	Envio de advertências ao prestador de serviços/ fornecedor, logo que se detetem situações irregulares e/ ou derrapagem de prazos contratuais
						21	Acompanhamento jurídico permanente dos contratos
						22	Divulgação de forma sistemática, clara e nos termos legais dos procedimentos adotados na BASE GOV, com vista a cumprir os princípios da transparência e da livre concorrência

Direção Municipal Desenvolvimento do Território
Departamento Municipal Obras e Projetos Municipais
Divisão Municipal Manutenção de Edifícios Municipais (DMEM)
Responsável * Dr. Ricardo Pascoalinho

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Garantir a conservação e manutenção dos Edifícios que integram o Património Municipal	Risco de Gestão	Ausência de manutenção contínua de edifícios ou outras infraestruturas do MVFX	Média	Médio	Moderado	1	Planeamento e monitorização da duração dos contratos, de modo a prever a capacidade de resposta a acontecimentos futuros
						2	Contratação de serviços externos, quando se verifique a insuficiência de recursos humanos e/ ou técnicos do Município
						3	Sensibilizar a comunicação com a DMEM relativamente à avaliação da manutenção e conservação realizada
	Risco de Gestão e Corrupção	Indefinição de prioridades na resolução de ações de conservação a realizar	Baixa	Médio	Fraco	4	Desenvolvimento de cronograma, planificação de fluxos e processos a desenvolver, classificando as ações por níveis de prioridade
Garantir a instrução dos procedimentos de Contratação Pública referentes à Manutenção e Conservação de Edifícios Municipais	Risco de Gestão	Planeamento insuficiente ou inadequado	Baixa	Médio	Fraco	5	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
	Risco de Gestão e Corrupção	Não identificação das necessidades de Manutenção e Conservação	Baixa	Alto	Moderado	6	Implementação de procedimento que permita o reporte de informação à DMEM, com a identificação das ocorrências identificadas
						7	Reforço de recursos humanos que permita a identificação das ocorrências com meios próprios
Assegurar a execução dos procedimentos de Contratação Pública referentes à manutenção e conservação de edifícios municipais	Risco de Gestão	Incumprimento do contrato pela entidade adjudicante	Média	Alto	Elevado	8	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						9	Garantir a monitorização e acompanhamento pelo Gestor de Contrato
						10	Criação de check-list de verificação das condições definidas nas especificações técnicas contratualizadas
	Risco de Gestão e Corrupção	Reporte insuficiente da execução do contrato pelas diversas UO	Média	Alto	Elevado	11	Sensibilização das diversas UO/SM para reporte ao Gestor de Contrato da DMEM a execução dos contratos nos diversos edifícios municipais
Preparação dos documentos necessários nos concursos de empreitadas referentes à gestão e conservação dos edifícios municipais	Risco de Gestão e Corrupção	Elaboração dos documentos no âmbito da contratação pública em desconformidade com as especificações necessárias	Baixa	Médio	Fraco	12	Definir processos permitindo assegurar que a verificação das necessidades identificadas se encontram explanadas nos documentos elaborados
						13	Garantir a segregação de funções

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Ambiente e Espaço Público

Divisão Municipal Higiene Pública e Ambiente (DHPA)

Responsável * Dr. António Domingos

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Intervir e resolver situações de veículos em presumível estado de abandono nos espaços públicos	Risco de Gestão e Corrupção	Não cumprimento dos procedimentos identificados nas disposições legais e regulamentares aplicáveis	Baixa	Médio	Fraco	1	Garantir o cumprimento do Regulamento Municipal para Veículos Abandonados e em Fim de Vida
Promoção e dinamização de projetos ambientais	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	2	Promover a distribuição aleatória e a rotatividade dos técnicos
						3	Promover ações de formação dos trabalhadores
Emitir pareceres no domínio da Proteção Ambiental (pareceres ambientais, qualidade do ar, projetos ambientais, etc...)	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	4	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						5	Verificação do parecer por trabalhador diferente daquele que emitiu
						6	Promover ações de formação dos trabalhadores
						7	Garantir a articulação com as UO que remetem os pedidos de parecer
						8	Promover a realização de sessões de esclarecimento relativamente aos elementos a analisar no âmbito do teor dos pareceres a emitir
Promoção de iniciativas de sensibilização/ educação ambiental	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de eventual favorecimento de entidades convidadas em detrimento de outras	Baixa	Baixo	Fraco	9	Definir métodos na seleção das entidades a convidar mediante a atribuição de critérios de verificação

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Ambiente e Espaço Público

Divisão Municipal Higiene Pública e Ambiente

Unidade Municipal Higiene Pública (UHP)

Responsável *Dr.ª Ana Sofia Santos

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão dos Resíduos Urbanos e de Equipamentos afetos à atividade	Risco de Corrupção	Utilização/ apropriação indevida de bens e/ ou equipamentos	Baixa	Alto	Moderado	1	Garantir, de forma regular, a aplicação de medidas de controlo dos bens e equipamentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Não garantir de forma adequada a prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos	Média	Alto	Elevado	2	Monitorizar a aplicação do Regulamento
						3	Garantir a atualização do Regulamento em conformidade com a entidade reguladora
	Risco de Gestão e Corrupção	Ineficácia na aplicação das isenções ou reduções das taxas e preços previstos no Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos	Baixa	Alto	Moderado	4	Promover a divulgação e garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais existentes
	Risco de Gestão e Corrupção	Incorreta identificação das necessidades de aquisição dos bens/ equipamentos fundamentais para o desenvolvimento da atividade	Baixa	Médio	Fraco	5	Identificação de necessidades de aquisição mediante check-list de verificação das características/ especificações técnicas dos bens/ equipamentos
Promoção da Limpeza e Higiene Pública	Risco de Gestão	Não assegurar a intervenção em tempo oportuno com vista ao controlo de pragas urbanas	Baixa	Baixo	Fraco	6	Definição de sistema de avaliação de necessidades (por prioridade)
Emitir pareceres no domínio da Higiene Pública e Ambiente	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	7	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						8	Verificação do parecer por trabalhador diferente daquele que emitiu
						9	Promover ações de formação dos trabalhadores

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal	Ambiente e Desenvolvimento Humano
Departamento Municipal	Ambiente e Espaço Público
Divisão Municipal	Higiene Pública e Ambiente
Unidade Municipal	Ambiente e Adaptações e Alterações Climáticas (UAAAC)
Responsável	* Dr.ª Lara Almeida

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Emitir pareceres no domínio da Ação Climática	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	1	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						2	Promover a distribuição aleatória e a rotatividade dos técnicos
						3	Verificação do parecer por trabalhador diferente daquele que o emitiu
						4	Promover ações de formação aos trabalhadores
Implementação e Monitorização do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Risco de Gestão e Corrupção	Má implementação das opções, critérios e parâmetros de adaptação englobadas no Plano	Baixa	Médio	Fraco	5	Promover a formação dos trabalhadores
Promoção e difusão de boas práticas	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de falha na aplicação da legislação e de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	6	Promover a distribuição aleatória e a rotatividade dos técnicos
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de eventual favorecimento de entidades convidadas em detrimento de outras	Baixa	Baixo	Fraco	8	Definir métodos na seleção das entidades a convidar mediante a atribuição de critérios de verificação

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Ambiente e Espaço Público

Divisão Municipal Planeamento e Gestão de Estrutura Verde (DPGEV)

Responsável * Arq.ª Inês Belchior

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a gestão, manutenção e conservação de espaços verdes e exteriores municipais e públicos	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência ou inadequada manutenção e conservação dos espaços verdes municipais, pelas empresas prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	1	Acompanhamento, supervisão e monitorização dos trabalhos e atividades desenvolvidas e realizadas por recursos internos ou externos
						2	Planificação e sistematização de ações a realizar mensalmente
						3	Execução de reunião mensal com coordenador da equipa externa de manutenção e técnico da DPGEV afeto à fiscalização, com elaboração de ata e comunicação de inconformidades
						4	Garantir a articulação entre as UO, nomeadamente o DOPM, GMPI, DOGU, DE e DJD
Assegurar a manutenção e conservação do património arbóreo concelhio	Risco de Gestão	Ausência ou Inadequada manutenção e conservação das árvores sob a gestão municipal no espaço público	Média	Alto	Elevado	5	Planificação e sistematização de ações a realizar, semanalmente
						6	Acompanhamento, supervisão e monitorização dos trabalhos e atividades desenvolvidas e realizadas por recursos internos ou externos
Proceder à limpeza e desmatização de terrenos municipais	Risco de Gestão	Planeamento incorreto das necessidades e/ ou prioridades de limpeza	Média	Alto	Elevado	7	Calendarização e definição de cronograma com as áreas prioritárias
Elaborar estudos e projetos de novos espaços verdes ou requalificação dos existentes	Risco de Gestão e Corrupção	Projetos incompletos/ não realistas ou de qualidade inadequada	Baixa	Alto	Moderado	8	Validação através de check-list dos elementos de projeto obrigatórios, constante no RMEE (Regulamento Municipal de Espaços Exteriores)
Emitir pareceres e informações técnicas no domínio do espaço público	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de eventual favorecimento ou tratamento desigual para situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	9	Informatizar e monitorizar os procedimentos sujeitos a análise, garantindo que o tratamento/ análise dos elementos seja efetuado de acordo com a sequencialidade do registo de entrada
						10	Promover a análise do conteúdo por um técnico diferente do que o elaborou
						11	Verificação do parecer por trabalhador/dirigente diferente daquele que emitiu
						12	Promover ações de formação aos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na emissão do parecer	Média	Baixo	Fraco	13	Informatizar e monitorizar o cumprimento dos prazos administrativos
						14	Garantir a articulação com as Unidades Orgânicas que remetem os pedidos de parecer

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Emitir pareceres e informações técnicas no domínio do espaço público (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na emissão do parecer (cont.)	Média	Baixo	Fraco	15	Promover a realização de sessões de esclarecimento relativamente aos elementos a analisar no âmbito do teor dos pareceres a emitir
Gerir o cemitério municipal	Risco de Corrupção	Assegurar o cumprimento do disposto no Regulamento Municipal	Baixa	Médio	Fraco	16	Realizar ações de sensibilização e de formação aos trabalhadores
	Risco de Gestão	Inadequada manutenção e conservação do cemitério municipal	Baixa	Médio	Fraco	17	Planificação e sistematização de ações a realizar mensalmente
	Risco de Gestão e Corrupção	Não arrecadação de receita ou em desconformidade com os regulamentos em vigor	Baixa	Alto	Moderado	18	Implementação de sistema informatizado de cobrança
Gerir as Hortas Urbanas	Risco de Gestão e Corrupção	Desconformidade na arrecadação da receita	Baixa	Alto	Moderado	19	Garantir a aplicação das Normas de Utilização das Hortas Urbanas do Concelho de VFX e da NCI
	Risco de Gestão	Assegurar o cumprimento das normas de utilização dos talhões	Média	Médio	Moderado	20	Acompanhamento, supervisão e monitorização dos trabalhos e atividades desenvolvidas e sensibilizar os hortelões para o cumprimento das suas obrigações
Proceder à limpeza e desmatção de terrenos particulares de forma coerciva	Risco de Gestão	Planeamento incorreto das necessidades e/ou prioridades de limpeza	Média	Alto	Elevado	21	Análise dos processos de acordo com a sequencialidade do registo de entrada e garantir a articulação com o DGAJ/ DFM e SMPC, na definição de áreas prioritárias, no âmbito das intervenções coercivas

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial (DTCIPI)

Responsável * Dr. David Santos

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a atribuição de numeração de Polícia	Risco de Gestão	Incorreta atribuição de numeração de Polícia/ Topónimo	Média	Médio	Moderado	1	Assegurar a correta implementação do regulamento existente
						2	Garantir a monitorização das atribuições de numeração de Polícia

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

Divisão Municipal Cultura, Museus e Património Histórico (DCMPH)

Responsável * Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Coordenar o planeamento, a calendarização e a realização das atividades culturais	Risco de Gestão	Não observância de planeamento relativamente às necessidades específicas para a realização das atividades culturais	Média	Médio	Moderado	1	Implementar a verificação através de check-list de necessidades específicas de cada atividade a realizar
	Risco de Corrupção	Inexistência dos procedimentos internos de aquisição à realização de despesa	Baixa	Alto	Moderado	2	Implementação/ Atualização e cumprimento do Manual de Procedimentos por parte de todos os serviços do DCMPH
	Risco de Corrupção	Utilização de procedimentos simplificados que poderão conduzir a favorecimento das entidades envolvidas	Baixa	Alto	Moderado	3	Implementação/ Atualização e cumprimento do Manual de Procedimentos por parte de todos os serviços do DCMPH
	Risco de Corrupção	Acompanhamento inadequado dos contratos programa	Média	Médio	Moderado	4	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						5	Elaboração de check-list de monitorização do contrato programa
						6	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Gerir o funcionamento e a dinamização dos equipamentos e atividades culturais municipais	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiência de controlo na arrecadação de receita, proveniente dos equipamentos culturais municipais	Baixa	Médio	Fraco	7	Efetuar os procedimentos, no cumprimento da NCI
Assegurar a conservação e manutenção das Quintas e Palácios Municipais	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência dos procedimentos internos que assegurem a manutenção e conservação dos espaços municipais	Baixa	Médio	Fraco	8	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
	Risco de Gestão	Planeamento insuficiente ou inadequado	Baixa	Médio	Fraco	9	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
	Risco de Gestão	Não identificação das necessidades de manutenção e conservação	Baixa	Médio	Fraco	10	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
Arrecadação da receita da edição de catálogos e venda de artigos ou produtos de merchandising	Risco de Gestão	Extravio de artigos	Baixa	Médio	Fraco	11	Implementação de aplicação informática para a gestão de artigos existentes para venda
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida	Baixa	Alto	Moderado	12	Efetuar os procedimentos, no cumprimento da NCI

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Arrecadação da receita da edição de catálogos e venda de artigos ou produtos de merchandising (cont.)	Risco de Gestão	Controlo deficiente de artigos para venda	Baixa	Médio	Fraco	13	Avaliação da viabilidade de implementação de sistema de gestão e controlo de artigos
	Risco de Gestão	Ineficácia no processo de aquisição/ edição de catálogos	Baixa	Baixo	Fraco	14	Definição de itens e fundamentação da necessidade de aquisição
Assegurar a identificação, a preservação, a valorização e a divulgação do património histórico e arqueológico	Risco de Gestão	Deterioração dos acervos museológicos propriedade do MVFX ou de particulares, à guarda da DCMFH	Média	Alto	Elevado	15	Criação e Manutenção de local de armazenamento adequado
	Risco de Gestão	Inexistência de cobertura de seguros de peças de propriedade municipal ou de artigos de particulares em depósito	Média	Alto	Elevado	16	Contratação atempada de seguros adequados

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

Divisão Municipal Bibliotecas e Arquivo (DBA)

Responsável * Dr. Sérgio Mangas

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão técnica e administrativa dos equipamentos culturais	Risco de Gestão e Corrupção	Comunicação incorreta entre UO relativamente ao aluguer de espaços e equipamentos	Baixa	Médio	Fraco	1	Envio do pedido de aluguer de espaços e equipamentos para a cobrança dos valores de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Preços, à Unidade de Tesouraria da DGFP
Gestão das coleções das bibliotecas e dos empréstimos	Risco de Gestão e Corrupção	Extravio de documentos	Baixa	Médio	Fraco	2	Garantir a inventariação de todos as obras que entram nas bibliotecas
	Risco de Gestão	Deterioração ou eventual não devolução dos documentos emprestados	Baixa	Baixo	Fraco	3	Garantir o cumprimento do Regulamento das Bibliotecas Municipais controlando os empréstimos e respetivas devoluções
	Risco de Gestão	Desatualização dos fundos documentais	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar a atualização e/ ou substituição dos exemplares deteriorados ou em falta
	Risco de Gestão	Desatualização dos fundos documentais	Baixa	Médio	Fraco	5	Aplicação do Guia de Gestão de Desenvolvimentos de Coleções
Assegurar o Atendimento	Risco de Gestão	Ineficácia do atendimento	Baixa	Alto	Moderado	6	Promover a formação dos trabalhadores e o seguimento de orientações básicas internas do funcionamento destes equipamentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento diferenciado de situações idênticas	Baixa	Alto	Moderado	7	Promover a formação dos trabalhadores e o seguimento de orientações básicas internas do funcionamento destes equipamentos
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de registo sequencial de todos os processos que dão entrada em Arquivo	Baixa	Médio	Fraco	8	Incremento da aplicação do Manual de Procedimentos e de Regulamento de Acesso e Utilização do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira
Gerir o Património Arquivístico	Risco de Gestão	Dispersão do espólio documental em diversos pisos/ edifícios do Arquivo por inexistência de espaço para acolher toda a documentação	Média	Alto	Elevado	9	Atualização do inventário anual dos fundos documentais
						10	Implementação de medidas de conservação e preservação
						11	Instalação de um módulo com chave
	Risco de Corrupção	Inexistência de práticas, medidas de conservação e de preservação preventiva e curativa do espólio documental	Média	Alto	Elevado	12	Incremento da aplicação das regras constantes do Manual de Procedimentos
						13	Atualização do inventário anual dos fundos documentais

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gerir o Património Arquivístico (cont.)	Risco de Corrupção	Inexistência de práticas, medidas de conservação e de preservação preventiva e curativa do espólio documental (cont.)	Média	Alto	Elevado	14	Implementação de medidas de higienização, de monitorização e de restauro dos documentos, de digitalização e desmaterialização de processos
						15	Elaboração de Plano de Conservação Digital
	Risco de Corrupção	Ausência de procedimentos e instrumentos de gestão de documentos (tratamento, registo, classificação, organização, inventário, avaliação, seleção e eliminação)	Baixa	Médio	Fraco	16	Incremento da aplicação das regras constantes no Manual de Procedimentos, bem como da aplicação da legislação e normas (Portaria 1253/2009, NP 4438:2005, NP 4041:2005)
						17	Implementação do Plano de Classificação e Avaliação Documental - Lista Consolidada
	Risco de Gestão e Corrupção	Deslocação dos processos e da documentação à guarda do Arquivo para outras UO	Média	Médio	Moderado	18	Aplicação do Manual de Procedimentos
						19	Digitalização de documentação/ processos - desmaterialização de processos
Assegurar a comunicação e disponibilização de toda a documentação em arquivo	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência de Plano de Segurança e Risco para documentos e edifício do Arquivo	Baixa	Médio	Fraco	20	Criação de Plano de Segurança contra Incêndios e Intrusão
						21	Dotar o Arquivo de mais recursos humanos com formação adequada

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

Divisão Municipal Turismo e Dinamização do Comércio (DTDC)

Responsável * Dr.ª Mª João Carraça

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promoção e dinamização turística do MVFX mediante a organização de ações/ eventos	Risco de Gestão	Reduzida participação nas ações/ eventos	Baixa	Baixo	Fraco	1	Planificar e intensificar a divulgação, através do alargamento dos meios de divulgação
	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de transparência e parcialidade na seleção dos participantes	Baixa	Alto	Moderado	2	Constituição de equipa para avaliação e acompanhamento dos candidatos ou participantes
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento, por parte dos participantes em ações/ eventos, por desconhecimento do normativo definido	Baixa	Alto	Moderado	3	Divulgação das regras de participação após aprovação pelo órgão competente
	Risco de Gestão e Corrupção	Desatualização ou não aplicação de regulamentos	Baixa	Médio	Fraco	4	Garantir a atualização e implementação das regras no âmbito do desenvolvimento da atividade
Garantir a arrecadação da Receita no desenvolvimento da atividade	Risco de Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Baixa	Alto	Moderado	5	Promover a formação dos trabalhadores
						6	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						7	Sensibilização, mediante formação específica, para a necessidade de cumprimento integral da legislação, NCI, Regulamentos e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, relativamente à arrecadação de receita
Assegurar a cooperação entre as UO no desenvolvimento, promoção e dinamização de projetos/ ações de índole turística	Risco de Gestão e Corrupção	Falha de comunicação entre UO	Alta	Alto	Elevado	8	Garantir a articulação entre as UO, através de envio de CI e/ ou e-mail

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

Divisão Municipal Turismo e Dinamização do Comércio

Unidade Municipal Gestão do Turismo e da Promoção do Território (UGTPT)

Responsável * Dr. Jorge Júlio

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a gestão e utilização das Quintas Municipais	Risco de Gestão	Planeamento insuficiente ou inadequado	Baixa	Médio	Fraco	1	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
	Risco de Gestão	Não identificação das necessidades de manutenção e conservação	Baixa	Médio	Fraco	2	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
Promover, dinamizar, gerir e assegurar a conservação e manutenção do Parque de Campismo Municipal	Risco de Gestão	Planeamento insuficiente ou inadequado	Baixa	Alto	Moderado	3	Implementação de um cronograma com o planeamento das necessidades de conservação e manutenção a desenvolver
	Risco de Gestão	Não identificação das necessidades de manutenção e conservação	Baixa	Alto	Moderado	4	Promover a formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos Regulamentos Municipais e legislação em vigor	Baixa	Alto	Moderado	5	Promover a divulgação e garantir a aplicação dos Regulamentos Municipais existentes
	Risco de Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Baixa	Alto	Moderado	6	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						7	Sensibilização, mediante formação específica, para a necessidade de cumprimento integral da legislação, NCI, Regulamentos e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, relativamente à arrecadação de receita

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Turismo, Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

Divisão Municipal Turismo e Dinamização do Comércio

Unidade Municipal Gestão para a Dinamização do Comércio Local (UGDCL)

Responsável * Dr.ª Andreia Revez

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promoção e Dinamização turística do comércio local mediante a organização de ações/ eventos/ iniciativas	Risco de Gestão e Corrupção	Reduzida participação nas ações/ eventos/ iniciativas	Baixa	Baixo	Fraco	1	Planificar e intensificar a divulgação, através do alargamento dos meios de divulgação
						2	Articulação entre as diferentes entidades (públicas, privadas, nacionais ou internacionais) e as UO
	Risco de Corrupção	Falta de transparência e parcialidade na seleção dos participantes	Baixa	Alto	Moderado	3	Constituição de equipa para avaliação e acompanhamento das candidaturas de participação
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento, por parte dos participantes em ações/ eventos, por desconhecimento do normativo definido	Baixa	Alto	Moderado	4	Divulgação das normas de participação após aprovação em Reunião de Câmara
	Risco de Gestão e Corrupção	Desatualização ou não aplicação de regulamentos	Baixa	Médio	Fraco	5	Garantir a atualização e implementação de regulamentos no âmbito do desenvolvimento da atividade

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Direitos Sociais e Parque Habitacional Público

Divisão Municipal Saúde e Desenvolvimento Social (DSDS)

Responsável * Dr.ª Andreia Antunes

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o Funcionamento do Apoio Alimentar	Risco de Gestão e Corrupção	Gestão ineficaz no procedimento de atribuição do apoio	Média	Baixo	Fraco	1	Implementação de manual de procedimentos, com todas as fases de execução/ instrução de todo o processo de forma clara e objetiva
	Risco de Gestão e Corrupção	Não identificação das necessidades reais	Média	Baixo	Fraco	2	Definição de critérios claros e específicos
Atendimento no âmbito do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	Risco de Gestão e Corrupção	Possível favorecimento ou discriminação no atendimento presencial	Média	Médio	Moderado	3	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de tratamento diferenciado de situações idênticas	Baixa	Médio	Fraco	4	Uniformização e definição das regras de instrução de processos
	Risco de Gestão	Elevado número de situações sociais com número reduzido de técnicos afetos	Média	Médio	Moderado	5	Definição de rácio por técnico(a)
Acompanhar e desenvolver projetos e medidas que promovam o acesso ao emprego e à qualificação profissional, bem como a inclusão e igualdade social	Risco de Gestão e Corrupção	Parcialidade na análise dos pedidos e/ ou favorecimento dos beneficiários	Baixa	Baixo	Fraco	6	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho
	Risco de Gestão e Corrupção	Apresentação de desempregados a ofertas de emprego não adequadas	Média	Baixo	Fraco	7	Caracterização e descrição das funções do posto de trabalho e conhecimento do perfil do candidato
	Risco de Gestão e Corrupção	Planeamento inadequado de programas, projetos e iniciativas	Baixa	Médio	Fraco	8	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades e respetiva planificação das prioridades
	Risco de Gestão e Corrupção	Fraca divulgação de medidas e projetos de promoção da inclusão e da igualdade	Alta	Baixo	Moderado	9	Criação de planos de informação e formação para técnicos tendo em vista a promoção das medidas e programas de promoção da inclusão e da igualdade
Assegurar as competências legalmente atribuídas ao MVFX no domínio da saúde	Risco de Gestão e Corrupção	Não identificação/ divergência das necessidades apresentadas	Média	Médio	Moderado	10	Definição clara dos fluxos dos procedimentos entre as respetivas UO e entidades externas, garantindo a sua monitorização sistemática e cumprimento do auto de transferência de competências
						11	Designação de interlocutores por entidade

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar as competências legalmente atribuídas ao MVFX no domínio da saúde (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Articulação com as UO do MVFX ou entidades externas	Baixa	Médio	Fraco	12	Constante articulação com os serviços e entidades envolvidas, mediante a sua sensibilização no tipo de informação que a DSDS necessita no âmbito das competências atribuídas ao MVFX no domínio da Saúde

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Direitos Sociais e Parque Habitacional Público

Divisão Municipal Saúde e Desenvolvimento Social

Unidade Municipal Intervenção Social Integrada (UISI)

Responsável * Dr.ª Patrícia Macedo

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Risco de Gestão e Corrupção	Parcialidade na análise dos pedidos e/ ou favorecimento dos beneficiários	Alta	Alto	Elevado	1	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho
	Risco de Gestão e Corrupção	Parcialidade na análise e na atribuição de apoios	Baixa	Alto	Elevado	2	Promover a formação dos trabalhadores
						3	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						4	Cumprimento da legislação e regulamentos em vigor
	Risco de Gestão	Complexidade das problemáticas envolventes que implica um conhecimento generalizado das respostas sociais e outras em diferentes áreas	Média	Médio	Moderado	5	Formação de equipas multidisciplinares e parcerias com entidades estratégicas
						6	Promover a formação dos trabalhadores
						7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
	Risco de Gestão	Elevado número de situações sociais com número reduzido de técnicos afetos	Média	Médio	Moderado	8	Definição de rácio por técnico(a)
	Risco de Gestão e Corrupção	Monitorização incorreta das situações previstas	Baixa	Médio	Fraco	9	Relatório Semestral previsto no Protocolo de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Direitos Sociais e Parque Habitacional Público

Divisão Municipal Saúde e Desenvolvimento Social

Unidade Municipal Apoio Social (UAS)

Responsável * Dr.ª Sónia Ferreira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o Atendimento e Acompanhamento Social no âmbito do Rendimento Social de Inserção	Risco de Gestão e Corrupção	Parcialidade na análise dos pedidos e/ ou favorecimento dos beneficiários	Baixa	Médio	Fraco	1	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho
	Risco de Gestão e Corrupção	Parcialidade na análise e na atribuição de apoios	Baixa	Médio	Fraco	2	Promover a formação dos trabalhadores
						3	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						4	Cumprimento da legislação e regulamentos em vigor
	Risco de Gestão	Complexidade das problemáticas envolventes que implica um conhecimento generalizado das respostas sociais e outras em diferentes áreas	Média	Baixo	Fraco	5	Formação de equipas multidisciplinares e parcerias com entidades estratégicas
						6	Promover a formação dos trabalhadores
	Risco de Gestão e Corrupção	Atribuição/ Monitorização incorreta de apoios	Média	Baixo	Fraco	7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
Plano Anual do Núcleo Local de Inserção	Risco de Gestão	Elevado número de situações sociais com número reduzido de técnicos afetos	Alta	Médio	Elevado	8	Definição de rácio por técnico(a)
	Risco de Gestão e Corrupção	Monitorização incorreta do Plano Anual	Baixa	Médio	Fraco	9	Atualização do Regulamento do Núcleo Local de Inserção
						10	Monitorização do Plano Anual do Núcleo Local de Inserção

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano
Departamento Municipal Direitos Sociais e Parque Habitacional Público
Divisão Municipal Gestão Habitacional (DGH)
Responsável * Dr.ª Manuela Pires

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar o atendimento no âmbito da Habitação Municipal e Intervenção Social	Risco de Gestão e Corrupção	Possível favorecimento ou discriminação no atendimento presencial	Média	Médio	Moderado	1	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho
						2	Promover a formação dos trabalhadores
						3	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
	Risco de Gestão e Corrupção	Risco de tratamento diferenciado de situações idênticas	Média	Médio	Moderado	4	Uniformização e definição das regras de instrução de processos
						5	Promover a formação dos trabalhadores
						6	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
	Risco de Gestão	Elevado número de situações sociais com número reduzido de técnicos afetos	Média	Médio	Moderado	7	Definição de rácio por técnico(a)
	Risco de Corrupção	Divulgação de dados/ informações sensíveis dos beneficiários	Média	Alto	Elevado	8	Garantir a confidencialidade no tratamento dos dados de acordo com as atividades a desenvolver pela UO
Realizar iniciativas e programas dirigidos aos moradores no âmbito da Intervenção Social	Risco de Gestão e Corrupção	Planeamento inadequado de iniciativas e programas	Baixa	Baixo	Fraco	9	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades e respetiva planificação das prioridades
Identificar as necessidades de conservação e manutenção do Parque Habitacional	Risco de Gestão e Corrupção	Não assegurar atempadamente a execução das intervenções necessárias de manutenção	Baixa	Médio	Fraco	10	Planificar e realizar periodicamente verificações físicas ao Parque Habitacional Municipal
						11	Designação de uma equipa responsável pelo reporte ao DOPM
Gestão do Parque Habitacional Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Inexistência de planeamento das necessidades de aquisições	Baixa	Médio	Fraco	12	Elaboração de base de dados com informação relevante sobre intervenções ou aquisições realizadas
						13	Implementação de sistema de identificação e avaliação das necessidades
	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática dos mesmos intervenientes	Média	Médio	Moderado	14	Implementar rotatividade na formação das equipas de trabalho

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão do Parque Habitacional Municipal (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Morosidade na tomada de decisão	Média	Médio	Moderado	15	Definir e monitorizar os fluxos, as regras, os procedimentos e os prazos para todos os tipos de processos
	Risco de Gestão e Corrupção	Atribuição de benefício indevido resultante de cálculo incorreto da renda apoiada	Média	Médio	Moderado	16	Valor da renda calculado em conformidade com os documentos apresentados pelo arrendatário e demais legislação aplicável
	Risco de Gestão e Corrupção	Prestação de falsas declarações originando a atribuição de benefício indevido	Média	Médio	Moderado	17	Proceder à validação e verificação dos documentos entregues pelo beneficiário, conjuntamente com a SS e com a AT
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do contrato de arrendamento por parte do beneficiário	Média	Médio	Moderado	18	Aplicação das sanções previstas na lei, em caso de deteção de incumprimento
	Risco de Gestão e Corrupção	Controlo e monitorização da receita das rendas	Média	Médio	Moderado	19	Controlo mensal de valores por cobrar mediante a elaboração de listagens extraídas da aplicação informática
Colaborar com a Unidade de Contabilidade de Gestão e Património na atualização do Inventário do Cadastro Imobiliário Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de envio de dados/ informação para a UCGP	Baixa	Médio	Fraco	20	Assegurar que a informação é enviada à UCGP, após a conclusão das obras e assim que reúna todos os dados necessários para a respetiva atualização do Cadastro do Imobiliário Municipal
Análise Jurídica de processos	Risco de Gestão e Corrupção	Favorecimento/ Desfavorecimento resultante da análise de processos	Baixa	Alto	Moderado	21	Definição de procedimentos e métodos de análise de processos em conformidade com a legislação em vigor
						22	Promover a formação dos trabalhadores
						23	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Educação

Divisão Municipal Planeamento e Acompanhamento Pedagógico (DPAP)

Responsável * Dr.ª Fernanda Roma

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Assegurar a implementação e gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular e das Atividades de Animação e Apoio à Família	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do protocolo/ acordo celebrado	Baixa	Alto	Moderado	1	Requerer junto dos parceiros o relatório das atividades desenvolvidas e acompanhamento geral
						2	Requerer junto dos parceiros a apresentação de relatório ou documento comprovativo da aplicação da verba atribuída
Organizar, manter, desenvolver e gerir a rede de transportes escolares	Risco de Gestão e Corrupção	Inadequada atribuição de apoios	Baixa	Alto	Moderado	3	Elaboração de regulamentos ou outros instrumentos que definam regras e pressupostos das diversas atribuições de apoios
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento do protocolo/ acordo/ contrato celebrado	Baixa	Médio	Fraco	4	Requerer apresentação de relatório ou documento comprovativo da aplicação do apoio atribuído
Gerir os apoios ao nível da Ação Social Escolar	Risco de Gestão e Corrupção	Não atribuição ou utilização indevida das verbas transferidas para os agrupamentos de escolas, referentes aos subsídios de Auxílios Económicos	Baixa	Alto	Moderado	5	Exigir aos agrupamentos de escolas comprovativos da atribuição das verbas do material adquirido e atribuído, destinado a esses mesmos alunos no valor da verba correspondente
	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência de imparcialidade ou atribuição indevida de escalões de Ação Social Escolar	Baixa	Médio	Fraco	6	Acautelar a definição de critérios de atribuição de subsídios, com recurso a diplomas legais ou regulamentos/ justificação inequívoca da necessidade de atribuição do benefício
Atribuição de bolsas de estudo ensino superior	Risco de Gestão e Corrupção	Inadequada atribuição do apoio	Baixa	Alto	Moderado	7	Elaboração de check-list de verificação
						8	Promover a verificação por mais do que um trabalhador
Atendimento e procedimento administrativo	Risco de Gestão e Corrupção	Divulgação de dados/ Informações sensíveis dos beneficiários	Média	Alto	Elevado	9	Garantir a confidencialidade no tratamento dos dados de acordo com as atividades a desenvolver pela UO

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Educação

Divisão Municipal Planeamento e Acompanhamento Pedagógico

Unidade Municipal Promoção e Sucesso Escolar (UPSE)

Responsável * Dr.ª Ana Zilda Silva

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Implementar, desenvolver programas, projetos, ações e iniciativas de promoção do sucesso educativo	Risco de Gestão e Corrupção	Divulgação de dados sensíveis	Baixa	Médio	Fraco	1	Promover a formação dos trabalhadores
						2	Implementar medidas adicionais de segurança informática (ex. pastas protegidas, e-mails encriptados)
						3	Implementação de formulários, no âmbito da proteção de dados, solicitando o consentimento de dados pessoais conforme legislação em vigor
	Risco de Gestão	Dificuldade na interação entre os agentes e entidades terceiras	Baixa	Baixo	Fraco	4	Garantir uma correta gestão dos recursos técnicos disponíveis
						5	Implementar mecanismos de comunicação eficazes e transparentes com entidades terceiras
	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento dos programas/projetos definidos	Baixa	Baixo	Fraco	6	Reforçar os processos de planeamento estratégico, definindo objetivos, outputs e outcomes claros, atingíveis e mensuráveis

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Educação

Divisão Municipal Administração do Parque Escolar (DAPE)

Responsável * Dr.ª Mª Helena Ferreira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gerir, limpar e acompanhar a manutenção e conservação do Património Escolar (incluindo Edifícios e Equipamentos Escolares)	Risco de Gestão e Corrupção	Não assegurar atempadamente a execução das intervenções necessárias à manutenção das boas condições do Parque Escolar	Baixa	Alto	Moderado	1	Planeamento de intervenções e aquisições
	Risco de Gestão e Corrupção	Não identificar/ reportar as necessidades de limpeza, conservação e manutenção nos equipamentos escolares	Baixa	Alto	Moderado	2	Designação de um trabalhador responsável pelo planeamento e reporte das necessidades
	Risco de Gestão	Insuficiência ou existência desconforme de mobiliário, material didático ou de apoio	Baixa	Médio	Fraco	3	Efetuar visitas com periodicidade regular às instalações das unidades educativas do MVFX
Assegurar a Gestão da Rede Escolar	Risco de Gestão e Corrupção	Acompanhamento inadequado dos processos de aquisição de bens e serviços	Média	Médio	Moderado	4	Garantir o acompanhamento e a monitorização dos procedimentos contratuais
						5	Verificação dos apoios remetidos por cada agrupamento de acordo com o valor definido
	Risco de Gestão e Corrupção	Não identificar/ reportar todas as necessidades de apoio para material, equipamentos ou despesas de funcionamento	Baixa	Alto	Moderado	6	Elaboração de uma check-list das diversas necessidades que são apresentadas

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Educação

Divisão Municipal Administração do Parque Escolar (DAPE)

Unidade Municipal Gestão de Refeitórios Escolares (UGRE)

Responsável * Dr.ª Ana Cristina Porto

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão do Fornecimento de Refeições Escolares	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento de obrigações referente ao fornecimento de refeições e lanches a alunos	Média	Médio	Moderado	1	Verificar a conformidade dos serviços prestados pela entidade selecionada
	Risco de Gestão e Corrupção	Existência de divergências/ irregularidades nas faturas emitidas pela entidade contratante	Baixa	Alto	Moderado	2	Implementação de procedimento que permita à UGRE a confirmação das faturas ou documentos equivalentes emitidos pela entidade contratada mediante as refeições efetivamente servidas nos agrupamentos de escolas (através do controlo de assiduidades dos alunos)
Assegurar a faturação e cobrança de receita do Fornecimento de Refeições Escolares	Risco de Gestão e Corrupção	Cobrança indevida ou incorreta da faturação emitida aos alunos/ encarregados de educação	Baixa	Alto	Moderado	3	Validação por amostragem da faturação emitida
	Risco de Gestão e Corrupção	Insuficiente controlo da faturação emitida e não cobrada	Baixa	Alto	Moderado	4	Cronograma de faturação definindo a monitorização de prazos designadamente prazos de pagamento e pagamentos a prestações

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Juventude (DJ)

Responsável * Dr.ª Cláudia Prazeres

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Promoção, criação e desenvolvimento de programas para jovens, designadamente nas áreas de ocupação dos tempos livres	Risco de Gestão e Corrupção	Favorecimento/ Desfavorecimento dos beneficiários	Baixa	Alto	Moderado	1	Assegurar o cumprimento do Regulamento do Programa de Ocupação de Jovens (POJ)
						2	Realizar check-list de controlo dos itens a verificar no âmbito da candidatura e monitorização do programa
						3	Efetuar a validação da documentação e acompanhamento da execução dos programas em curso
	Risco de Gestão e Corrupção	Deficiente identificação das necessidades dos jovens	Baixa	Baixo	Fraco	4	Implementação e monitorização do Plano Estratégico na área da Juventude
Avaliação sistemática dos projetos, de modo a verificar a sua adequação às necessidades dos jovens	Risco de Gestão e Corrupção	Ausência ou deficiente planeamento e avaliação dos projetos a desenvolver	Baixa	Baixo	Fraco	5	Monitorizar as atividades incluídas no Plano Anual
Elaborar e dinamizar o Plano Municipal para a Juventude	Risco de Gestão	Desajustamento/ Desatualização do Plano Municipal para a Juventude	Baixa	Médio	Fraco	6	Garantir na elaboração do Plano a análise atualizada das efetivas necessidades ao nível da juventude no concelho
Assegurar a gestão de equipamentos municipais específicos de suporte e apoio à atividade juvenil	Risco de Gestão e Corrupção	Incumprimento no acesso às respostas e serviços disponíveis nos equipamentos	Baixa	Médio	Fraco	7	Garantir a existência e a atualização dos Regulamentos de gestão dos equipamentos municipais
						8	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos/Normas de Procedimentos dos equipamentos municipais

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano
Departamento Municipal Juventude e Desporto
Divisão Municipal Desporto (DD)
Responsável * Eng.º Rúben Pinto

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão dos equipamentos desportivos e de lazer	Risco de Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas e de Lazer
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise dos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Deficiente planificação e apreciação dos pedidos de cedência de espaços municipais	Média	Médio	Moderado	5	Agendar, definir e monitorizar os procedimentos e os prazos para todos os tipos de pedidos
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo Município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Apoiar as atividades desenvolvidas por outras entidades públicas ou privadas que atuam na área do desporto	Risco de Corrupção	Incumprimento pela entidade apoiada das especificações definidas no contrato programa	Média	Médio	Moderado	7	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						8	Verificação do cumprimento do contrato programa relativamente ao objeto e execução do apoio concedido
						9	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
Apoio ao reconhecimento e mérito desportivo no MVFX	Risco de Gestão e Corrupção	Favorecimento/ Desfavorecimento dos beneficiários	Baixa	Alto	Moderado	10	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						11	Cumprimento do Regulamento Municipal de Reconhecimento e Apoio ao Mérito Desportivo do MVFX
						12	Preenchimento e assinatura da Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses, nos termos da legislação em vigor
						13	Promover a formação dos trabalhadores

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Apoio ao reconhecimento e mérito desportivo no MVFX (cont.)	Risco de Gestão e Corrupção	Atribuição inadequada de apoios referentes a ações ou projetos no âmbito do regulamento	Baixa	Alto	Moderado	14	Implementar o sistema de gestão documental que evidencie o cumprimento de todas as formalidades por parte dos beneficiários (formulário com validação de procedimentos e documentos a integrar no processo)
						15	Promover a formação dos trabalhadores
						16	Garantir a aplicação dos pressupostos no Código de Conduta do MVFX
						17	Cumprimento do Regulamento Municipal de Reconhecimento e Apoio ao Mérito Desportivo do MVFX
Assegurar a manutenção e conservação dos equipamentos e instalações municipais de natureza desportiva e dos espaços de jogo e recreio públicos	Risco de Gestão e Corrupção	Não realização de manutenção e/ou conservação dos equipamentos e instalações municipais	Média	Médio	Moderado	18	Identificação das necessidades de conservação e manutenção preventiva
	Risco de Gestão	Reduzida capacidade de manutenção das instalações e equipamentos	Média	Médio	Moderado	19	Dotar a equipa técnica interna de recursos necessários à realização das intervenções

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal de Vila Franca de Xira (UGPMVFX)

Responsável * Dr. David Pereira

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento na conservação e manutenção das instalações e equipamentos	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal Baptista Pereira (UGPMBP)

Responsável * Dr. Michael Apolinário

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento de medidas de conservação e manutenção das instalações, equipamentos e outros espaços afetos à mesma	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal de Alverca do Ribatejo (UGPMAR)

Responsável * Dr. Joaquim Loureiro

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento de medidas de conservação e manutenção das instalações, equipamentos e outros espaços afetos à mesma	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal da Quinta das Drogas (UGPMQD)

Responsável * Dr.ª Carla Farinha

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento de medidas de conservação e manutenção das instalações, equipamentos e outros espaços afetos à mesma	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal do Forte da Casa (UGPMFC)

Responsável * Dr. Miguel Franco

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento de medidas de conservação e manutenção das instalações, equipamentos e outros espaços afetos à mesma	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

Direção Municipal Ambiente e Desenvolvimento Humano

Departamento Municipal Juventude e Desporto

Divisão Municipal Desporto (DD)

Unidade Municipal Gestão da Piscina Municipal da Póvoa de Santa Iria (UGPMPSI)

Responsável * Dr. Mário Barrigas

Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco		Probabilidade de Ocorrência	Impacto Previsível	Grau de Risco	Medida Preventiva/ Corretiva	
Gestão da Piscina Municipal	Risco de Gestão e Corrupção	Falta de cobrança ou cobrança indevida dos preços e taxas aprovados	Média	Alto	Elevado	1	Efetuar o controlo de fecho de caixa diário de acordo com a NCI
	Risco de Gestão e Corrupção	Tratamento privilegiado por parte dos funcionários/ utentes e/ ou entidades	Média	Alto	Elevado	2	Controlar as inscrições e cobranças dos serviços prestados
						3	Assegurar o cumprimento dos Regulamentos e Normas aplicáveis na Gestão e Funcionamento das Instalações Desportivas
	Risco de Gestão e Corrupção	Taxas e preços desajustados às necessidades e expectativas dos munícipes	Baixa	Médio	Fraco	4	Efetuar uma análise aos preços e taxas elencados no Regulamento e Tabela de Taxas e Preços do MVFX, mediante uma análise económico-financeira
	Risco de Gestão	Incorreto planeamento de medidas de conservação e manutenção das instalações, equipamentos e outros espaços afetos à mesma	Baixa	Médio	Fraco	5	Mapa de Planeamento Mensal das atividades de conservação e manutenção, em articulação com a DD
Promover a divulgação das atividades desportivas desenvolvidas pelo MVFX	Risco de Gestão	Ineficácia na comunicação e divulgação das atividades desportivas organizadas pelo município aos utentes e munícipes	Média	Médio	Moderado	6	Utilização de outras tecnologias de informação, nomeadamente as redes sociais para comunicar com os utentes e o Marketing Digital
Melhoria e qualidade do serviço	Risco de Gestão	Não cumprimento dos requisitos indicados na Norma do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015)	Baixa	Alto	Moderado	7	Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e implementação e Manutenção dos Indicadores de Desempenho de acordo com a Norma ISO 9001:2015
	Risco de Gestão	Incapacidade de resposta atempada às diversas solicitações dos utentes/ munícipes	Média	Médio	Moderado	8	Definição e Implementação de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação do apoio prestado pelas Divisões Municipais ao funcionamento das instalações desportivas
						9	Realização de uma articulação eficaz com os fornecedores internos (reuniões de avaliação, balanço e melhoria) possibilitando concretizar uma melhoria contínua na resposta às necessidades da DD
	Risco de Gestão	Falta de cumprimento dos deveres contratualizados pelas entidades prestadoras de serviços	Média	Alto	Elevado	10	Implementação de procedimentos de monitorização e controlo de contratos celebrados, reportando as situações anómalas à DCP

* Dirigente nomeado em regime de substituição

** Unidade Orgânica sem Dirigente designado

9.4. Anexo IV – Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR

Direção Municipal _____

Departamento Municipal _____

Divisão Municipal _____

Unidade Municipal _____

Dirigente _____

Período em Análise _____

Data _____

									Medida Implementada (a)		Medida Não Implementada (b)	
Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco (1)		PO (2)	IP (3)	GR (4)	Medida Preventiva/ Corretiva		FI (5)	Data de Implementação	Evidência	Fundamentação	Previsão de Implementação

Nota:

Declaro que as informações produzidas nesta ficha correspondem, com exatidão à realidade procedimental pelo que, as medidas preventivas/ corretivas só serão consideradas aplicadas mediante o envio de elementos que evidenciem a sua implementação.

Preenchimento:

Sempre que uma medida seja considerada como:

(a) Implementada: Apenas deverá preencher a tabela referente à medida implementada;

(b) Em Implementação, Não Implementada ou Não Aplicável: Apenas deverá preencher a tabela referente à medida não implementada.

Legenda:

(1) Descrição de Risco – Risco de Gestão (RG); Risco de Corrupção e/ ou Infrações Conexas (RC)

(2) Probabilidade de Ocorrência (PO) - Baixa (B); Média (M); Alta (A)

(3) Impacto Previsível (IP) - Baixo (B); Médio (M); Alto (A)

(4) Grau de Risco (GR) - Fraco (F); Moderado (M); Elevado (E)

(5) Fase de Implementação (FI) – Implementada (MI); Em Implementação (MEI); Não Implementada (MNI); Não Aplicável (MNA)

Dirigente
(UO)

Validador
(DANQ)

9.5. Anexo V – Anexo da Ficha de Acompanhamento e Monitorização do PPR

Direção Municipal _____
Departamento Municipal _____
Divisão Municipal _____
Unidade Municipal _____
Dirigente _____
Período em Análise _____

Data _____

Alteração à Ficha de Acompanhamento e Monitorização							
Atividade de Potencial Risco	Descrição do Risco (1)		PO (2)	IP (3)	GR (4)	Medida Preventiva/ Corretiva	Observações (5)

Legenda:

- (1) Descrição de Risco – Risco de Gestão (RG); Risco de Corrupção e/ ou Infrações Conexas (RC)
(2) Probabilidade de Ocorrência (PO) - Baixa (B); Média (M); Alta (A)
(3) Impacto Previsível (IP) - Baixo (B); Médio (M); Alto (A)
(4) Grau de Risco (GR) - Fraco (F); Moderado (M); Elevado (E)
(5) Observações – Novo Risco (N); Risco a Retirar (R)

Dirigente
(UO)

Validador
(DANQ)